



Ministério da Cultura
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Ata da 85ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural - 27 de abril de
2017

Às nove horas e trinta minutos do dia 27 de abril de 2017, na Sede do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, localizado no SEPSUL 713/913, lote D, 5º andar, em Brasília, Distrito Federal reuniu-se o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural para a 85ª Reunião Ordinária do órgão colegiado. Sob a Presidência de Kátia Santos Bogéa, Presidente do IPHAN, estiveram presentes os seguintes Conselheiros e Conselheiras: Ângela Gutierrez; Breno Bello de Almeida Neves; Lúcia Hussak Van Velthem; Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrès; Marcos Castrioto de Azambuja; Márcia Genésia de Sant'Anna; Maria Cecília Londres Fonseca; Synésio Scofano Fernandes e Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses representantes da sociedade civil. Carlos Eduardo Dias Comas, representante do Ministério da Educação; Mariana Petry Cabral, representante da Sociedade de Arqueologia Brasileira; Leonardo Barci Castriota, representante do ICOMOS– Conselho Internacional de Monumentos e Sítios; Maria da Conceição Alves de Guimaraens, representante do Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB; Marcelo Mattos Araújo, representante do IBRAM-Instituto Brasileiro de Museus e Roque de Barros Laraia, representante da ABA-Associação Brasileira de Arqueologia. Justificaram ausência, os Conselheiros Arno Wehling; Augusto Ivan de Freitas Pinheiro; Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira; Ítalo Campofiorito; e José Pedro de Oliveira Costa. O Conselho deliberou sobre a seguinte Ordem-do-Dia: Manhã – 9h30 1) Aprovação da Ata da 84ª Reunião do Conselho; 2) Informes: Presidência. Apresentação: Presidente Kátia Santos Bogéa. 3) Apresentação de vídeo alusivo aos 80 anos do Iphan. 4) Informes DEPAM: Apresentação: Diretor Andrey Rosenthal Schlee. 4.1.) Informe e

discussão sobre o andamento do tombamento do Encontro das Águas – município de Manaus/AM, Processo nº 1.599 - T – 10. 4.2.) Informe e discussão do redimensionamento do processo de tombamento do conjunto histórico e paisagístico do arquipélago de Fernando de Noronha/PE - Processo nº 1376-T-96. Tarde – 14h30.

5) Proposta de Revalidação do Título de Patrimônio Cultural do Brasil do bem cultural denominado "Arte Kusiwa – Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajãpi" – (Processo n.º 01450.011377/2012-09). Relator: Conselheiro Roque de Barros Laraia. 6) Encerramento. **Manhã.** A Presidente Kátia Santos Bogéa iniciou a reunião agradecendo a presença dos Conselheiros e passou ao **ponto 1 da pauta**, aprovação da Ata da 84ª Reunião do Conselho Consultivo, realizada em 27 de novembro de 2016. Por **unanimidade**, a Ata foi aprovada. Em seguida, passou ao **ponto 2** da pauta, Informes da Presidência. A **Presidente Kátia Santos Bogéa**, assim se dirigiu aos Conselheiros: "O IPHAN é uma instituição que, neste ano, completa 80 anos, e nós estamos durante todo o ano, festejando esse aniversário. Mas esse festejar, na verdade, se traduz numa análise crítica profunda da instituição e de tudo que ela conseguiu realizar, ao longo desses 80 anos, uma revisão crítica de quais são os nossos problemas ao longo desse longo período de construção. E isso, ocorre justamente no momento que o país está vivendo uma crise política, e eu diria, também, uma crise ética e moral sem precedentes. O IPHAN, como todos sabem, foi uma instituição criada, pensada, construída por vários intelectuais brasileiros, e vocês conselheiros, aqui, são a prova testemunhal disso. Pessoas imbuídas de um princípio humano muito forte, pessoas intelectualmente bem preparadas que sempre estiveram à frente da defesa do patrimônio cultural da Nação. Então, o órgão que nasceu com esse viés é um projeto que, mesmo tendo 80 anos, é atemporal porque as coisas boas são atemporais. O IPHAN se diferencia de qualquer instituição desse país e a nossa luta, hoje, ao completar 80 anos, é justamente mostrar à sociedade, mas

principalmente à nossa classe política, a distinção dessa instituição com relação às demais, por sua especificidade. Então, nesse momento, eu creio que mostrar história do IPHAN é absolutamente necessário, porque o nosso país tem dificuldade em respeitar sua própria memória, e eu digo que, hoje, o IPHAN já é um patrimônio do Brasil e como tal, tem que ser defendido pela sociedade. Vocês, Conselheiros, representam essa sociedade. Na verdade, nessas oito décadas, o Conselho Consultivo é quem diz, quem pauta, quem decide qual a política patrimonial do país. O IPHAN recebe da sociedade o que deve ser patrimonializado, tanto do patrimônio material, quanto do patrimônio imaterial. O que nós fazemos é receber essa demanda social e instruí-las tecnicamente. Mas, é o Conselho Consultivo que tem a prerrogativa de dizer para a sociedade se aquele bem apresentado será patrimonializado ou não, se será aceito esse recorte para posteridade. Então, a responsabilidade de vocês é muito grande, e o nosso respeito e o da sociedade por vocês, também, é muito grande. Portanto, senhores toda vez que o IPHAN está em dificuldades é natural que recorramos a vocês e à sociedade, para que ela nos defenda e diga se esse Instituto, de fato, é importante, ou não, para a Nação. Nós não podemos aceitar sermos colocados na vala comum e que tudo aquilo que gerações, que se esforçaram muito, que estão desde o início dessa instituição, que eram a sua alma, e o seu esforço, a sua sabedoria para essa construção, que essa instituição seja maculada da forma como ela vem sendo. Isso é absolutamente inaceitável. Eu vou a todos os fóruns que eu posso, dentro do meu limite governamental, dizendo isso e pedindo apoio da sociedade, portanto, pedindo apoio de vocês. Não tem sido fácil. Têm momentos em que não sabemos nem como lidar com isso, mas se a houver o apoio de vocês, com certeza se vai conseguir que essa instituição continue avançando e prestando os seus extraordinários serviços para a sociedade brasileira". A **Presidente Kátia Bogéa**, passou a abordar a questão administrativa e financeira do IPHAN, frente à situação

atual do país: “Estamos vivendo um contingenciamento orçamentário como nunca antes na História do Brasil. Há duas semanas, nós tivemos um encontro com todos os prefeitos das cidades patrimônio mundial e patrimônio nacional, que expressa muito bem a questão. No caso das cidades patrimônios mundiais, a situação é mais grave porque o Brasil não tem cumprido com o seu dever de proteção e fiscalização nessas cidades. E não é por falta de esforço do IPHAN, mas nós temos um limite na nossa governabilidade, e para que possamos exercer as nossas atividades a contento, precisamos ter os meios, e esses meios, infelizmente, não nos têm sido dados. Eu aqui não canso de dizer, e isso virou até um mantra, eu fico o tempo todo no Ministério do Planejamento, no Congresso Nacional, explicando, dizendo que o IPHAN, hoje, só possui 626 servidores efetivos para cuidar de 27 superintendências estaduais, 26 escritórios técnicos, dois parques históricos nacionais, que são Missões e Guararapes, e mais 5 unidades especiais, como o Sítio Roberto Burle Marx, que está na lista indicativa patrimônio mundial, o Centro Nacional do Folclore e Cultura Popular – CNFCP - que tem a maior coleção de cultura popular da América Latina, o Centro Lúcio Costa, de categoria 2, da Unesco, nossa Escola de Governo com mestrado profissionalizante e uma rede gigantesca de documentação, e o nosso Paço Imperial, o Centro Cultural do IPHAN. Contando com os terceirizados, o número sobe para 1.033 funcionários. Eu estive semana passada na EBC – Empresa Brasil de Comunicação - agora nossa parceira, que vai divulgar tudo do IPHAN e, por sinal, está fazendo um documentário belíssimo sobre os 80 anos do IPHAN. O presidente da EBC ficou escandalizado quando eu falei disso para ele, porque a EBC, aqui em Brasília, tem mais de 2.000 funcionários. A Fundação Nacional de Saúde – Funasa - no Maranhão, tem 4.000 funcionários. Então, agora, veio o contingenciamento. Eu lutei muito o ano passado na Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, porque na proposta orçamentária do Governo Federal para o exercício de 2017, o

PAC das Cidades Históricas teve alocado 200 milhões, e esse recurso dava apenas para pagar 70 obras do programa obras já em execução, não sendo possível autorizar nenhuma obra nova. Para os governadores e prefeitos que vinham pedir recursos, eu dizia, "Governador, Prefeito, eu queria liberar agora, mas infelizmente nós não temos recursos. Trabalhe com sua base, converse com os seus senadores. Enfim, vão atrás do dinheiro. Estamos aqui para fazer o que vocês quiserem, mas contanto que a nós tenhamos orçamento". Então, eu também fui à luta. Consegui conversar com o Senador Eduardo Braga, Relator-Geral do projeto de lei do Orçamento da União, e nós conseguimos convencê-lo a colocar um dinheiro a mais, no PAC. E no orçamento não pode ser criada despesa, tendo que remanejar de outra rubrica. Apenas uma digressão, uma única obra do DENIT resolveria todo o problema do patrimônio cultural no Brasil. A nossa proposta era que fosse agregado mais 250 milhões de reais aos 200 milhões, e nós ficássemos com o orçamento de 450 milhões. Depois de exaustivo trabalho, meu e da minha equipe, depois de muito insistir, conseguimos mais 50 milhões, para tentar liberar algumas obras, todas elas urgentes. Mas aí, o Ministério da Cultura passou do teto disposto pela Emenda Constitucional - EC 95, e o governo mandou cortar 14 milhões e o MinC cortou, exatamente no PAC, tirando 10 milhões do programa. Eu mostrei para o Ministro a situação do IPHAN, que é diferenciada das outras unidades do ministério, que recebemos de orçamento para área finalística, fora o PAC, 18 milhões. Eu falei para o Ministro Roberto Freire que eu me sentia incompetente porque eu, de fato, não sei como dividir 18 milhões, para uma demanda de todas as superintendências e para todas as obras emergenciais, que giram em torno de 100 milhões de reais e fora, ainda, a demanda judicial, aquela em que o IPHAN que já foi condenado. O Ministro ficou impactado e disse que ia tentar o impossível para não cortar no nosso orçamento. Eu creio que ele está se esforçando muito e eu queria, de público, agradecer o esforço do ministro Roberto Freire, é uma

pessoa muito sensível e que tem tido uma compreensão muito boa do que, de fato, é o IPHAN. Entretanto, quando veio o contingenciamento do PAC, cortaram 76 milhões dos 240 milhões, e ficamos com 178 milhões, ou seja, se algo não for feito, nós vamos ter que paralisar algumas obras em execução”. Após esse informe sobre a situação orçamentária, a Presidente **Kátia Santos Bogéa** passou a informar sobre as comemorações dos 80 anos. “Esse é o ano que o IPHAN completa 80 anos e essas idades redondas, são idades que, de fato, há que se debruçar sobre elas porque é preciso serem comemoradas. Então, como comemorar, se nós não temos recursos? Então, fizemos boas parcerias e toda a programação, que está acontecendo ao longo deste ano, nós vamos conseguir executá-la graças aos nossos parceiros. Então, estamos com a parceria muito boa com EBC. O que não pudemos comprar de mídia, de fazer os filmes, e promoções, a EBC vai o fazer tudo de graça para o IPHAN. E temos uma parceria excelente com o BNDES, nosso maior parceiro, assim como com FURNAS, e com a Fundação Vale. No Rio de Janeiro, de 24 a 27 de outubro, uma semana “Parabéns para Você”, estaremos realizando atividades intensivas, tais como a celebração do Prêmio Rodrigo Mello Franco de Andrade, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, cujo mote, este ano, é os 80 anos do IPHAN, homenageando Mário de Andrade, que dará o nome à medalha comemorativa que está sendo cunhada pela Casa da Moeda, para condecorar instituições, pessoas, personalidades e os senhores Conselheiros; Seminário sobre Patrimônio e Desenvolvimento; Exposição Patrimônio em Processo, na Caixa Econômica; Seminário Internacional para discutir amplamente o futuro do patrimônio no mundo, com a presença de especialistas internacionais convidados; lançamento de dois volumes da Revista do Patrimônio alusivos aos 80 anos, patrocinada pela Fundação Vale, no Museu do Amanhã, sendo que o primeiro volume trata da trajetória dos 80 anos, com artigos de especialistas brasileiros, e o segundo volume com textos de especialistas internacionais. Durante este ano, várias

ações já ocorreram. Em Recife, há mais ou menos 3 semanas, realizou-se o Encontro Internacional das Fortificações, que discutiu a candidatura de 19 fortificações a Patrimônio Mundial da Unesco e o encontro para tratar dos Parques Históricos, realizado em Missões, no Rio Grande do Sul”, concluiu. Terminado os informes, a **Presidente** passou ao **ponto 3 da pauta**, apresentação de vídeo alusivo aos 80 anos do IPHAN, produzido pela equipe de comunicação do órgão. Apresentando fotos dos Conselheiros que compuseram o Conselho Consultivo, ainda no final dos anos 30 e décadas posteriores do século passado, e contando com depoimentos do Conselheiro Marcos Castrioto de Azambuja e do ex-Conselheiro Nestor Goulart Reis Filho, o documentário fez uma homenagem ao papel do Conselho na luta pela preservação do patrimônio cultural brasileiro, ao longo de oito décadas. Finalizada a apresentação, a Presidente abriu a palavra para manifestação dos Conselheiros. A palavra foi dada ao Conselheiro **Breno Bello de Almeida Neves**. “Os 80 anos do IPHAN representam realmente um marco na História do Brasil. Sou originário de uma cidade do século XVIII, e de lá tomei consciência o que era a preservação do patrimônio, e sempre me pautei pelas decisões dos Conselhos e me sinto muito honrado de participar. Um dos nossos Conselheiros que já não mais aqui, o doutor Marcos Vilaça, dizia que ele ficava honrado de pertencer aos 3 melhores conselhos, que eram o Instituto Histórico e Geográfico, a Academia Brasileira de Letras e o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. É uma honra, nós conselheiros estarmos aqui presentes e, principalmente, por preservarmos toda a cultura brasileira através do patrimônio material e patrimônio imaterial. Deixo aqui, os meus parabéns, os meus cumprimentos pelo entusiasmo da Presidente e agradecendo também essas homenagens do Conselho. Muito obrigado”.

O Conselheiro **Synésio Scofano Fernandes** pediu a palavra para ressaltar “a alegria e o prazer que esses momentos da reunião do Conselho me trazem pessoalmente”.

Continuou sua intervenção, afirmando que “é uma honra e um prazer estar aqui, e eu

vejo o Conselho Consultivo muito mais como um ente de preservação. Por isso, senhora Presidente, eu que já estou aqui, possivelmente, há uns quinze anos, tive a ventura de ver pessoas notáveis aqui e de participar agora, também, com essas pessoas notáveis, do nosso trabalho de contribuir para o pensamento brasileiro. Eu agradeço a cada um de vocês e ao IPHAN essa possibilidade. Muito obrigado”. A seguir a palavra foi dada ao Conselheiro **Leonardo Barci Castriota**, que inicialmente agradeceu a homenagem do Conselho Consultivo e disse que, no início de abril, a Diretoria do ICOMOS/Brasil aprovou nota de apoio ao IPHAN, a qual pediu à Presidente licença para lê-la. *“Como temos todos acompanhado, estamos vivendo um grande momento no que se refere à preservação do patrimônio em nosso país, com ataques frontais à autonomia dos órgãos responsáveis pela sua tutela e tentativas de desmantelamento das instituições da área em todos os níveis de governo. Nos últimos meses, temos nos pronunciados seguidamente em relação a diversos casos específicos que, em seu conjunto, sinalizam a existência de uma verdadeira onda regressiva que ameaça destruir o patrimônio nacional, e todo o esforço de construção de um arcabouço jurídico-administrativo que vem sendo feito, desde os anos 1930. Os últimos acontecimentos, no entanto, nos mostram que não bastam apenas pronunciamentos isolados e circunstanciais. Assim, a Diretoria do ICOMOS/Brasil está organizando, juntamente, com outros setores da sociedade civil, um movimento em defesa, tanto do IPHAN, quanto dos avanços que a área do patrimônio tem alcançado no Brasil, notadamente depois da Constituição de 88. Parece-nos inadmissível assistirmos calados ao enfraquecimento e a destruição dos órgãos de patrimônio e de nossas heranças culturais mais caras. A partir de agora, estaremos permanentemente mobilizados e vamos construir uma agenda de ações para juntos defendermos o patrimônio cultural brasileiro. Para isso, conclamamos a todos a contribuir para essa construção coletiva”*. A Presidente Kátia Santos Bogéa agradeceu o apoio do

ICOMOS e passou a palavra para a Conselheira **Maria Cecília Londres Fonseca**, que falou de sua emoção ao assistir ao vídeo, por resgatar toda uma série de depoimentos dos fundadores e as frases pinçadas, verdadeiras pérolas, segundo ela, dos depoimentos apresentados e falou de sua antiga preocupação com a questão da importância da participação social na tarefa do IPHAN de preservar o patrimônio cultural, uma missão muito difícil. De acordo com a Conselheira, “é uma missão muito difícil de ser realizada a contento e nós nos esbarramos, muitas vezes, com dificuldade de comunicação, de veiculação, até porque a mídia está tão envolvida com agenda negativa do país, que essa agenda positiva fica muito em segundo plano, muito pouco visível. E, no entanto, nós estamos vendo aqui que o capital simbólico e moral do IPHAN, dentro do estado brasileiro, é realmente um diamante, é uma pedra que, nós lapidamos aqui dentro, mas extramuros, eu me pergunto até que ponto ele é apropriado pela sociedade brasileira como valor da sociedade, como um valor do Brasil, como patrimônio do Brasil. Então, acho que iniciativas como essa do ICOMOS são muito importantes, porque não basta a nossa vontade. Nós temos que ter os meios para nos organizarmos junto à sociedade, ainda mais, hoje, em que há uma série de recursos de redes sociais existentes”. Para encerrar seu depoimento, contou a conversa com o taxista que a conduziu até o aeroporto Santos Dumont: “falei que estava indo para Brasília e que ia participar de uma reunião de um Conselho, e disse-lhe que era um Conselho do Instituto Patrimônio. E, aí, não resisti, e disse que é um Conselho em que nós trabalhamos voluntariamente, e temos, apenas, passagens e diárias. Ele não queria acreditar que isso existia realmente. Para ele ver se sabia o que que fazemos, perguntei se ele se lembrava do episódio do prédio da Bahia. É claro que ele lembrou. Eu acho que isso é muito interessante. Aquele episódio foi traumático, difícil, mas foi uma espécie, eu digo, de garoto propaganda do IPHAN. Realmente, você fala naquele episódio, todo mundo já entende um pouquinho pelo

menos, do que é o trabalho do IPHAN. Então, eu acho que esses desafios têm servido, e outros, que essa exposição de problemas e de conflitos e de tensões do IPHAN, e de ameaças mesmo, com todo custo que isso tem trazido para a instituição, também, tem trazido para a sociedade a demonstração de que existe uma instituição, sim, que zela pelos seus valores, que zela pela sua missão e que zela pela sua autonomia técnica, autonomia de serviço público. Assim, além do prazer que o general falou, que todos falaram, de participarmos aqui das reuniões, eu tenho um enorme prazer de sentir que o IPHAN é um pouquinho mais conhecido junto à sociedade, um pouquinho mais valorizado. Obrigado”. A seguir falou a Conselheira **Maria da Conceição Alves de Guimaraens**, que destacou a emoção de ouvir os colegas e de ver o vídeo, para ela uma síntese dessa história grande do IPHAN, como podia ser vista pelos dois depoimentos apresentados, e falou da luta dos arquitetos ao longo dessa história de 80 anos, apontando os inumeráveis momentos de participação do IAB na defesa na defesa do patrimônio. Em seguida, informou da preocupação daquela representação dos arquitetos com a situação da reforma do Palácio Gustavo Capanema: “Eu quero comentar que, acometida inicialmente de perplexidade com o deslocamento das equipes para um espaço provisório, temporário, efêmero, a Comissão do Patrimônio do Departamento do Rio de Janeiro do IAB, assumiu como bandeira de luta a volta do Palácio, no sentido de que não se pode deixar o arquivo e a biblioteca longe do Centro Lúcio Costa, além do que, essa obra é importante, não só para a Cidade do Rio de Janeiro, mas para o mundo, porque o edifício é um ícone da arquitetura moderna brasileira e a história do edifício está toda ligada à história do IPHAN, e se chegar aos 80 anos, com aquela biblioteca e aquele arquivo fora, é uma coisa chocante. Mas, nesse momento espero que o ICOMOS também se junte conosco nessa bandeira, pois teremos aliados para divulgar essa necessidade do término da obra. Quero lembrar, também, as nossas manifestações aqui neste Conselho. Com relação ao que

a Presidente comentou no início, das indicações políticas para as chefias das superintendências regionais, quero dizer que o Instituto não se omitiu, e se posicionou de uma maneira forte e harmônica, recentemente. Gostaria de não deixar passar esse momento em que me sinto tão grata e emocionada de participar deste Conselho. Obrigada”. A Presidente **Kátia Santos Bogéa** agradeceu o posicionamento do IAB e esclareceu sobre o andamento da obra: “Na obra do Gustavo Capanema, nós estamos finalizando toda a parte externa. Quando eu assumi a presidência, eu entendi o tanto que a Jurema Machado (ex-presidente) deve ter lutado muito para conseguir iniciar aquela obra, e ela deve ter ficado naquele dilema de perder o recurso ou iniciar. O ex-ministro da Cultura na época, o Juca Ferreira, eu não consigo entender como é que alguém autoriza o início de uma obra com 600 servidores dentro da edificação. Eu sabia que isso ia dar problema. Tanto deu, que os próprios funcionários denunciaram o IPHAN no Ministério Público do Trabalho. Portanto, assim que assumi, eu tive essa missão de conseguir um edifício e fazer a mudança. Nós conseguimos retirar todas as pessoas, mudamos para um prédio para que a obra possa avançar. Estamos concluindo a análise do projeto para poder então, iniciar o processo licitatório da segunda etapa, que é a parte interna, que não poderia ser feita com as pessoas lá dentro, além de colocar em risco os acervos. Foram contratadas empresas especializadas para retirada dos acervos do IPHAN e da Biblioteca Nacional, e estão todos muito bem organizados, com ar condicionado no local, no edifício novo. A continuidade da obra, já tem recurso garantido no PAC”. Em seguida, pediu a palavra o Conselheiro **Carlos Eduardo Dias Comas**: “Bom dia a todos. Senhora presidente eu queria secundar a colocação da Conselheira Maria da Conceição Alves de Guimaraens, e dizer que como o presidente da ANPARQ - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura, e como membro da Coordenação do

Docomomo, que é o órgão de documentação, ONG internacional preocupada com documentação e com a conservação do movimento moderno, teríamos o máximo interesse na divulgação desse projeto de restauração do Palácio Gustavo Capanema, e desde já, oferecemos as páginas *web* da ANPARQ e do Docomomo, no sentido de dar essa divulgação. Acho que é uma providência absolutamente essencial. Queria lembrar o fato, em correlação com o IAB, que o Rio de Janeiro vai sediar em 2020, um Congresso Internacional de arquitetos onde são esperados em torno de 10 mil pessoas. Então, a divulgação para esse congresso já está em andamento, e eu acredito que a ideia da preservação e da atuação do IPHAN, na conservação de um edifício, que como muito foi dito, não é um ícone apenas brasileiro, é realmente de interesse em termos da cultura arquitetônica mundial do século 20. A Presidente agradeceu o apoio e garantiu que em 2020, o prédio está todo reformado e afiançou à Conselheira Maria da Conceição Alves de Guimaraens que, conforme ela havia sugerido, o auditório estará a disposição do evento. Passou, então a palavra para o Conselheiro **Ulpiano Bezerra Toledo de Menezes**: “Eu teria três simples observações a fazer. A primeira é que falar do IPHAN é falar antes de mais nada dos fundadores, como já foi feito, e também do Conselho, em segundo lugar. É bom notar que há, ainda, um outro elemento sem o qual esses dois anteriores seriam, até certo ponto, inócuos, que é o corpo funcional, de uma extraordinária qualidade, seja no nível técnico, seja no nível administrativo. Quem já participou de conselhos municipais ou estaduais sabe do que estou falando: a escala é, realmente, diversa. Mas o que gostaria de fazer, também, apesar de entrar numa linha de autobiografia não autorizada para atas, é dizer o seguinte: no Conselho, descobri uma face diferente da alegria, porque, se a Academia também traz alegrias, é uma alegria cognitiva, que poucas vezes pode deixar um certo nível de porosidade à emoção. Hoje, contudo, a emoção está entrando em certos campos das ciências sociais, como é o caso da

sociologia e da antropologia. Então, a alegria, creio, é alguma coisa que descobri de específico na atuação no Conselho, em vários setores. Primeiro, no contato, no convívio com as pessoas. Em segundo lugar, nas pautas e no que elas implicam. Mas não se trata, precisamente aí, de ter encontrado essa alegria, eu a encontrei no objeto mesmo do nosso trabalho: patrimônio é um assunto de alegria, até mesmo o patrimônio material, muitas vezes incompreendido pelo grosso da população, mas descobri também nele. Todavia, foi no patrimônio imaterial a grande revelação que tive. Agradeço, enormemente, o fato de pertencer ao Conselho. Em alguns momentos, quase quis inovar de maneira um pouco corajosa demais, propondo um novo critério para o patrimônio imaterial, que seria o critério da *leticidade* – de *laetitia*, que em latim quer dizer alegria. Sobretudo pelos vídeos. Às vezes nos dossiês não aparece tanto assim, se bem que certos testemunhos escritos devessem ser muito mais explorados por nós. Mas nos vídeos isso fica patente. A alegria é aquilo que estabelece o principal elemento de coesão, de integração e de justificativa. Acho que isso é uma das motivações fundamentais do patrimônio. Claro, do ponto de vista acadêmico eu tenho sido beneficiado cognitivamente e uma coisa que acredito valer a pena ressaltar é que o IPHAN tem sido um gerador de boa doutrina. Houve época em que isso ficou um pouco à margem, mas voltou já há algum tempo. Porém, não é só esse prazer do conhecimento e da alegria, há também um prazer de servir, esse é um outro aspecto. O serviço também está associado à alegria como objeto, e não só como uma obrigação social – serviço público. Por isso até pensei (portanto não é para cobrar), pensei que o presente que eu poderia dar pelos 80 anos do IPHAN seria escrever um pequeno texto, não sobre patrimônio e desenvolvimento, mas sobre no que o IPHAN fez melhor a vida do brasileiro. Minha grande descoberta é que o patrimônio não é uma categoria de conhecimento apenas, mas é uma categoria de vida vivida”. Em seguida, manifestou-se o Conselheiro **Roque de Barros Laraia**: “Gostaria de

expressar minha alegria e meu orgulho de participar neste Conselho. Eu, aqui, represento a Associação Brasileira de Antropologia, a terceira maior do mundo, e que de certa forma guarda certa semelhança com este Conselho. Ela surgiu em 1953, na Cidade do Rio de Janeiro, aliás a primeira reunião Brasileira de Antropologia foi na Cidade do Rio de Janeiro, mas a Associação foi criada na reunião seguinte, em 55, em Salvador, e a preocupação central da Associação Brasileira de Antropologia, naquela época, era defender as culturas indígenas, porque realmente estavam ameaçadas de extinção, eles estavam sendo dizimados, as suas culturas ameaçadas, porque havia um projeto de destruição dessas culturas como se fosse uma coisa negativa para o Brasil. Eu acho que a riqueza brasileira é, exatamente, a sua grande diversidade cultural. Nós temos mais de 180 línguas faladas nesse país, embora os manuais de escola só falem numa língua, e uma enorme diversidade cultural, exatamente porque essas populações estão aqui há muito mais tempo do que se pode imaginar e vão continuar, e o IPHAN tem contribuído bastante nessa diversidade cultural. Então, é uma alegria muito grande de participar e também de conhecer tanta gente interessante, tanta gente que tem histórias para contar. Saio de cada reunião gratificado. Então, essa instituição tem que ser comemorada. 80 anos, é uma grande história e tem que ser comemorada". A Presidente agradeceu e passou a palavra ao Conselheiro **Luiz Phelipe de Castro Andrès**, que disse irmanar-se aos demais Conselheiros nas considerações que fizeram com relação à homenagem prestada ao Conselho, através do vídeo apresentado, e sobre a forma decidida como a Presidente Kátia Santos Bogéa vem conduzindo o IPHAN frente à difícil situação atual do país. Destacou a emoção que lhe apossou com a nota lida pelo Conselheiro Leonardo Barci Castriota e pela fala da Conselheira Maria da Conceição Alves de Guimaraens sobre o Palácio Gustavo Capanema. "O meu primeiro contato com o IPHAN foi exatamente na metade dessa trajetória, há exato quarenta anos, quando começamos, no

Maranhão, a fazer uma pesquisa sobre os monumentos históricos. Não existia IPHAN no Maranhão, existia no Ceará. De modo que, a presença de um jovem, naquela época, interessado em fazer aquela pesquisa, despertou interesse do Renato Soeiro, presidente do órgão, com quem eu tive uma reunião. Nunca me esqueci, estavam presentes o Silva Teles e a Dora Alcântara, que me deu os modelos de formulário, e havia uma discussão se devia, ou não publicar imagens de arte sacra que estavam sendo inventariadas, e se essa publicação iria estimular o roubo, ou protegê-las. Enfim, concluiu-se que era importante publicar, porque toda imagem sacra registrada ficava fora da mira dos contrabandistas traficantes dessas imagens. Mas, essa curiosidade daquele momento me carrega para um segundo passo que eu dei dentro daquele prédio, que foi a reunião do Conselho que era numa sala em forma de anfiteatro. Encontrei um grupo pequeno de Conselheiros que estavam na reunião, que para mim eram anciãos, idosos de cabeça branca, e eu anotei na minha agenda o Viana Moog, o Artur César Ferreira Reis, Josué Montello, Odylio Costa Filho, que eram maranhenses, e o Gilberto Freyre. Então, naquele momento, eu jamais poderia imaginar que mais tarde eu teria a imensa honra de participar, de conviver, de usufruir de tudo que aqui foi falado, do privilégio dessa convivência e desse aprendizado permanente. Não há preço que possa remunerar esse enriquecimento pessoal. Por fim, quero ressaltar a forma corajosa e decidida com que a Kátia vem enfrentando esse desafio à frente do IPHAN e pela forma exitosa com que vem conduzindo a Casa". A Presidente agradeceu e passou a palavra para o Diretor do Depam, Andrey Rosenthal Schlee, para apresentação e discussão do **ponto 4**, da pauta, **Informes DEPAM**. 4.1.) Informe e discussão sobre o andamento do tombamento do Encontro das Águas – município de Manaus/AM, Processo nº 1.599 - T – 10. 4.2.) Informe e discussão do redimensionamento do processo de tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico do Arquipélago de Fernando de Noronha/PE - Processo nº 1376-T-96.

“São dois informes do DEPAM, e eu considero fundamental que vocês tenham informações, porque haverá desdobramentos. Foram, então, escolhidos, hoje, para serem relatados, historiados, informados, estes dois processos, para que tenhamos a real dimensão das decisões de vocês, ou seja, o que que significa levantar a mão por unanimidade, e acautelar um bem. Portanto, o primeiro informe trata do processo de um bem já tombado neste Conselho, que é o tombamento do Encontro das Águas, um processo que começou por uma motivação interna no IPHAN, com o início dos primeiros estudos ainda, em 2008, do próprio Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização. Em 2010, então, tem-se um processo instruído, no qual o conjunto de informações julgamos necessário para trazer o tema à discussão do Conselho. E esse tema foi discutido, em 4 de novembro de 2010, numa reunião também importante por outros temas, mas sobretudo porque se tratava do que chamamos de ‘tombamentos exemplares’, ou seja, quando o Conselho e a própria instituição se deparam com temas que não são corriqueiros na casa, e o exemplo não pode ser mais ilustrativo, que é o tombamento de um fenômeno natural, o encontro das águas de dois rios, com questões de densidades diferentes, velocidade de água, uma série de questões que, obviamente, fogem ao controle humano, e que esse Conselho, então, discutiu e se debruçou sobre ele, e na mesma reunião, houve um tombamento por unanimidade. Eu estou destacando uma fala do Conselheiro Ulpiano Bezerra Toledo de Meneses, que dada as questões delicadas, sobretudo as questões de como conservar esse bem, era fundamental, então, que as áreas técnicas da instituição se debruçassem sobre um tema bastante específico, mas fundamental, segundo o Conselheiro, que é como trabalhar e normatizar o entorno daquela área que estava sendo tombada, que é muito grande, numa escala amazônica. Seria fundamental, então, a preocupação com a área de entorno. Destaquei essa fala, porque nós estamos, seis anos depois, informando ao Conselho que, finalmente, nós conseguimos dar conta de detalhar e

de construir uma proposta para dar encaminhamento à normatização para a área do entorno do Encontro das Águas dos rios Negro e Solimões. Assim, nós estamos falando de situações, também, bastante distintas daquela que a gente costuma tratar aqui no Conselho. Nós temos uma poligonal bastante extensa e protegendo, sobretudo, a área mais visitada, o que com determinada visualização do encontro das águas, mas um conjunto de características locais bastante distintas. Existem áreas, por exemplo, que pertencem a dois municípios. Quando o rio sobe nós temos áreas de preservação natural. Temos, também, áreas de presença humana com muita densidade de edificações, uma lagoa dentro da área tombada, assim como o final da Zona Franca de Manaus. Temos grande variedade de características em conjunto urbano tombado. O bem foi tombado e temos, hoje, um conjunto de informações adicionais: primeiro é que nós ainda estamos com um processo de judicialização deste tombamento, que está sendo discutido em Brasília, no Supremo Tribunal Federal, e estamos desenvolvendo e fechando esse conjunto de estudos de área de entorno, inclusive para levar ao STF, e demonstrar que, hoje, nós temos um maior controle sobre a área; segundo, houve um processo muito ruim em relação a uma série de mudanças de superintendentes num curto espaço de tempo, havendo um eterno recomeçar e reorganização da Superintendência do IPHAN no Estado do Amazonas, e uma dificuldade de gestão da área de entorno dada. Não estamos tratando, aqui, com um palácio ou com uma igreja, bens materiais que, em 80 anos, de fato, nós aprendemos a fazer a gestão. Percebe-se, entre outras coisas, uma tendência a fiscalizar com muito rigor a troca de janelas na área de entorno do bem, o que não faz nenhum sentido, gerando um desgaste com a comunidade e com o próprio quadro servidores, mas também a dificuldade de gestão em função das características distintas da área, muito heterogênea. Então, isso, também nos levou, sobretudo a partir de agosto de 2016, a um aprofundamento, e eu agradeço muito aos técnicos

Fábio Rolim e Antônio Miguel, que se debruçaram sobre esse tema para produção de uma nota técnica que define uma série de procedimentos para definição do entorno".

Andrey Schlee passou a explicar o método utilizado para se buscar exatamente pontos em que se tivesse grande visibilidade do fenômeno do encontro das águas. Segundo ele, "isso foi feito dos dois lados das margens para produzir elementos em bases mais objetivas que nos garantisse pontos dos quais é possível visualizar, ou não, o bem, e se conseguiu com grande precisão um conjunto de informações novas do ponto de vista da compreensão de que nos cabe, de fato, ter como preocupação de preservação as áreas de ambiência do bem tombado, ou das áreas de visualização do mesmo bem, e chegamos, assim, a uma possível setorização de toda a região. Então, temos, hoje, a possibilidade de ter um conjunto de diferentes setores para fazer a gestão do bem, e cada um desses setores ainda chega a ter, em função dos níveis e dos ângulos de visualização, até três subáreas de gestão. Portanto, é um trabalho muito cuidadoso e muito respeitoso, tanto do ponto de vista de compreensão das dinâmicas sociais e econômicas locais, porque não podemos, também, esquecer que estamos trabalhando, em parte, na Zona Franca de Manaus, que é uma área necessária, por excelência, para a vida da capital e de toda a região e, também, ter a compreensão do funcionamento de todo sistema fluvial local, de como funciona o sistema de embarcações, de como é que funciona o Porto de Manaus, que não é igual a qualquer outro porto, haja vista que o sistema de atracamento é diferente, de compreender como é que funciona o sistema de contêineres, hoje, já que, também, não é mais o porto tradicional. Todo esse universo foi considerado para que se pudesse definir para cada uma dessas zonas e subzonas, parâmetros para construção, ou não construção, para tratamento das encostas e para tratamento paisagístico dessas subzonas. O que que nós vamos fazer com esse conjunto de informações? Primeiro, vamos encaminhá-lo para o Supremo Tribunal Federal no

sentido que não haja uma sentença final sobre o tema, porque, pode nos ser favorável, no sentido que o IPHAN já tombou, então, ótimo, continuamos a nossa trajetória de mais 80 anos, como pode ser uma decisão no sentido contrário, como a derrubada de um tombamento, o que seria ruim, para algo que sempre nos foi muito caro, com a qual sempre fomos muito cuidadosos. Estamos reconstruindo esse diálogo com Supremo, mostrando que nós não estamos em nenhum momento tentando impactar negativamente quanto ao desenvolvimento e a economia local e tantos outros argumentos que por tantas vezes nós já ouvimos, inclusive, aqui no Conselho. Então, basicamente, esta é a informação que eu trago aos senhores. ”. **Andrey Schlee passou ao segundo informe**, referente ao redimensionamento da proposta de tombamento do conjunto histórico e paisagístico de Fernando de Noronha: “Este segundo informe, como já adiantara, se refere ao processo de tombamento do Arquipélago de Fernando de Noronha. Ao contrário do bem anterior, já tombado pelo Conselho Consultivo, este ainda não foi apreciado. O processo foi instruído e distribuído para o relator, que está presente, Luiz Phelipe Andrès. A presença do IPHAN, na Ilha, ou no arquipélago, mas sobretudo na Ilha, tem uma vida iniciada desde 1978, quando houve um primeiro tombamento de um bem isolado, que foi a Igreja Nossa Senhora dos Remédios. Desde então, o IPHAN sempre esteve presente e sempre participou das discussões do ponto de vista da macrogestão da Ilha como um todo, tendo em alguns momentos, discutido questões relacionadas à própria preservação, ou da maneira como o Ibama, e mais tarde o Instituto Chico Mendes, passaram a fazer, também, a proteção da Ilha. Mas, o processo que estamos tratando, por vários momentos, sempre que se tocava na Ilha, havia um questionamento ou uma solicitação de que o IPHAN prestasse mais atenção e tratasse com mais carinho a questão relativa aos valores históricos, sobretudo da presença de um sistema de fortificações, também importante, que existe na ilha. Isso foi analisado pelo historiador

Adler Castro, servidor da Casa e uma espécie de especialista nas questões ligadas à defesa, mas também com a visita do Carlos Fernando Delphin, o qual considerou, também necessário, aprofundar na questão do que são os valores paisagísticos da ilha. E, em 1996, começou a ser instruído o processo de tombamento do conjunto arquitetônico e paisagístico do arquipélago, e depois, por um longo período, esse processo esteve parado literalmente, sem nenhum documento novo a ele acrescentando. Por solicitação do Superintendente do IPHAN em Pernambuco, à época, Frederico de Almeida, voltou-se, e eu, já estava como Diretor do Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização, a analisar esse processo. Foi realizada uma visita à ilha. E esse processo, então, tem sua instrução finalizada. Em 2014, houve a notificação de tombamento, o que significa que ele está em tombamento provisório e que estão valendo, desde então, as restrições geradas pelo tombamento em um bem, quando, então, foi pautado para a 79ª reunião do Conselho Consultivo, em junho de 2015. Para preparar o seu parecer, Luiz Felipe Andrés foi à Ilha, conjuntamente com o Superintendente Frederico Almeida e o técnico da unidade, Marcelo Brito de Albuquerque Pontes. Enquanto lá estavam, nós recebemos, aqui, na área Central, duas impugnações, uma da Aeronáutica, em função da presença do aeroporto na Ilha, e outra, da administração local de Fernando Noronha, o que nos assustou bastante, porque a informação que tínhamos, até então, era que o processo estava pacificado e que já havia informação suficiente, tanto das autoridades de gestão da ilha, quanto da população. Nos assustou mais ainda, quando recebemos um primeiro relato informal, um aviso do próprio Luís Phelipe, que nós fomos muito mal recebidos pela população, pelos Ilhéus, em função de uma série de fatores que não vale a pena explicar aqui. O certo é que nós retiramos esse processo da pauta daquela reunião, em 2015, e desde então, nós estamos reconstruindo uma aproximação, e quando eu digo isso, é reconstruir mesmo, ou seja, o IPHAN passou a ser um ente não querido

na Ilha, com muita dificuldade de relação com o SPU, Serviço do Patrimônio da União, com a administração local, portanto, com o Governo de Pernambuco e com a população local, os Ilhéus. A população local, para quem não conhece Fernando de Noronha, é um fator bastante problemático. Em geral, a gente divide a população entre Ilhéus e turistas, ou Ilhéus e aqueles que a estão explorando economicamente com os hotéis e pousadas. Mas, de qualquer forma, isso levou um tempo. Eu participei de audiências públicas, primeiro explicando qual era o objetivo do IPHAN estar presente na Ilha, o porquê de nós termos tombado provisoriamente desde o momento da notificação, e porque que nós havíamos retirado da pauta esse tema. Há uma preocupação da população local em relação à presença de mais um ente federal, talvez controlando as suas próprias vidas, porque todos sabem, há um controle de população na ilha. Há a necessidade de pagar o ingresso para entrar; parte dela, é uma APA, Área de Proteção Ambiental, cuja gestão é do governo do Estado de Pernambuco; é Patrimônio Mundial Natural pela Unesco, e tem um Parque Marinho cujo acesso a boa parte do Parque não é garantido pelo ICMBio, que por sua vez faz a gestão da Ilha como um todo. Esse desenho pouco claro, de quem manda em que, e mais dois fatores, a presença da Aeronáutica, que faz a gestão da área grande do aeroporto, e a presença da Marinha que faz gestão de como é o acesso por água, causa preocupação na população. Está ali, o paraíso (Andrey Schlee aponta para uma projeção com a vista da Ilha). Se vocês procurarem no YouTube, há um pequeno documentário chamado "Ninguém nasce no Paraíso". Entre outras coisas, o peso da gestão nesse pequeno território é tanto, que as mulheres grávidas quando atingem 7 meses de gestação, são convidadas a irem para Recife para que não nasça mais crianças na ilha, ou seja para que a população de Ilhéus diminua. Isso, é uma pequena amostra do que poderia representar a presença do IPHAN, e aí está a dificuldade de explicar que nós estávamos levando um outro olhar, o olhar do patrimônio". O

Conselheiro **Marcos Castrioto de Azambuja** perguntou sobre a demografia da Ilha. Andrey Schlee respondeu que é uma história também não muito clara. Se forem desconsiderados certos moradores, seriam 500 pessoas, mas, hoje, tem-se 5.000 mil pessoas, primeiro, considerando aqueles que recebem autorização para explorar economicamente a ilha; segundo, aqueles que prestam serviço na ilha; e terceiro, que são aqueles que estão na ilha sem autorização, ou seja, pagam para entrar e nunca mais saem e estão clandestinos, numa disputa terrível por uma autorização do SPU para construir, mais do que isso, essa autorização para construir quando é obtida, a ideia é que apenas o ilhéu tem autorização e, aí, pode se associar a uma pessoa que tenha condições econômicas para pegar o lote dele e construir uma pousada. Hoje, o ICMBio tende a não autorizar mais nada na ilha. Ao tombar a ilha, nós tombamos o pequeno núcleo urbano que existe e passamos a enfrentar todo tipo de problema, porque na verdade, nós estamos aprovando, analisando cada modificação de obra, porque há um tombamento, um tombamento provisório, é verdade, mas é um tombamento. Isso tem gerado muita confusão. A última visita do departamento à ilha foi recentemente, em 21 de março passado, visando uma série de contatos de reconstrução da imagem, e realinhamento, dentro daquilo que a Maria Cecília Londres Fonseca chamou atenção aqui, referente à questão da participação social. Isto foi o centro dessa visita, lastreada numa aproximação do IPHAN com os Ilhéus, com os moradores da Ilha, quando nós fechamos que não íamos encaminhar nada para este Conselho antes de ser apresentado para eles. Então, realizamos reuniões, primeiro com uma pequena Câmara de Vereadores que existe lá, que é o Conselho de Administração, e logo no outro dia, tivemos um dia inteiro de audiência pública com os moradores para apresentação de uma proposta, e, a partir daí, os moradores passaram a discutir se aceitavam ou não o que nós encaminhamos, que é uma mudança no processo de tombamento, novamente encaminhando-o ao Conselho

Consultivo, que vai discutir se cabe ou não essas mudanças, e, eles, inclusive estão cientes disso. Desse modo, voltamos a trabalhar dentro de uma situação mais controlável. Aqui no Depam usei a expressão *retroagimos numa tradição mais antiga do IPHAN*, que é a de identificar elementos históricos, no caso importantes na vida e na evolução da própria Ilha, identificando esses núcleos ou esses bens, e definir para toda a ilha ou para cada um desse conjunto de bens, áreas de entorno. Então, com isso, deixaríamos de trabalhar com o tombamento da Ilha como um todo, e passaríamos a trabalhar com seis conjuntos de tombamentos: primeiro, o da Vila da Nossa Senhora dos Remédios, que é o núcleo original que se desenvolve a partir, ou junto, com o sistema de fortificações. O Forte Nossa Senhora dos Remédios já está tombado isoladamente, inclusive, com obras de intervenção já garantidas pelo PAC Cidades Históricas, estando em processo de licitação. E como esse forte nunca teve a sua área de entorno definida, incluímos, também no processo, a delimitação de sua área de entorno. A mesma coisa em relação ao forte Nossa Senhora da Conceição. É bom notar, sempre a área de entorno que nós estamos propondo é maior do que o remanescente das fortificações ou dos bens propostos para tombamento, em função de uma questão de leitura desse local, onde as fortificações eram plantadas em geral em lugares elevados. A terceira área, pegando mais um outro conjunto de bens, sempre fortificação, porque a ideia é fechar o conjunto dessas fortificações. Com exceção de uma, que é Nossa Senhora dos Remédios, todas as outras fortificações são sítios arqueológicos registrados, mas essa, em especial, também está recebendo uma obra do PAC Cidades Históricas; a antiga Vila Americana, lembrança da presença dos Estados Unidos na Ilha e da construção dos antigos iglus e do acampamento provisório que foi ali construído; mais uma área, em função de mais uma fortificação que é o Fortim São Pedro do Boldró; e a última área, a Capela de Nossa Senhora da Conceição. Com esse conjunto de áreas a serem tombadas e de

áreas de entorno a serem definidas, o que que resulta? Resulta no tombamento de todas as três igrejas antigas do povoado que estão ligadas à memória, ou seja, às questões imateriais de duas grandes festas de pescadores que ocorrem na Ilha, que são as duas capelinhas que eu mostrei, e acabei a igreja principal que é da Vila dos Remédios, a sede da administração, a sede do antigo presídio, remanescentes da presença americana na Ilha, o remanescente do sistema *Air France* de comunicação Intercontinental, as fortificações, que mesmo registradas como sítios arqueológicos, portanto protegidos pela lei específica da arqueologia, passariam a ser tombadas numa leitura de sistema, e no entorno, uma proteção dessas pequenas áreas de núcleos de paisagem, com uma definição de que não estaríamos tombando nada dentro do Parque Nacional Marinho pela questão básica, de já ser uma área absolutamente preservada com a gestão do ICMBio, repito, e sobretudo e principalmente, porque o IPHAN tem assento e participa de toda a construção, tanto dos planos de manejo da APA da área de preservação ambiental, como, também, agora participa do Conselho do Parque Marinho Nacional, ou seja, o IPHAN é um ente importante na preservação da natureza e das áreas naturais a cargo do ICMBio. Então, o informe é sobretudo para ilustrar aquilo que é um dos melhores exemplos que tivemos de embate com a população, algo que eu não havia tido ainda nesses últimos 6 anos, e que tão forte se apresentou. É um recuo, sem dúvida alguma, mas é um recuo sobretudo em relação à discussão dos valores paisagísticos de Fernando de Noronha e da leitura cultural da Ilha, e se justifica em função de uma série de dificuldades, inclusive, a de pretendemos levar a sério a prática de ouvir a população, para o bem ou para o mal, ou seja, para tombar ou para recuar. É uma condição em que o recuo se dá de maneira confortável sobre a proteção de um outro órgão importante que é ICMBio. São esses dois informes que eu queria trazer. Ambos ilustram muito bem os desdobramentos das decisões do Conselho Consultivo em

cada processo que aqui é analisado em maior ou menor escala. Obrigado”. A Presidente **Kátia Santos Bogéa** agradeceu ao diretor e abriu a palavra para manifestação dos Conselheiros. Inicialmente falou a Conselheira **Carla Maria Casara**, representante do Ibama no Conselho, que disse estar muito preocupada com a situação, pois esteve em Fernando de Noronha cinco ou seis vezes, quando era apenas Ibama e não existia, ainda, o ICMBio, e há dez anos, foi feito um trabalho de educação ambiental coordenado por ela, que teve uma receptividade muito grande, alinhado ao fato de que o Ibama era muito considerado. Colocou o instituto a disposição para avançar conjuntamente na proteção do arquipélago. **Andrey Schlee** informou à Conselheira que nas últimas visitas o IPHAN participou de reuniões do próprio conselho da APA, no Parque Marinho, e ficou acertado de que, quando os fiscais do ICMBio estiverem fazendo sua atividade de fiscalização rotineira, de eles fotografarem algum elemento que possa ter interesse para o IPHAN, sobretudo nas fortificações ou no sítio arqueológico que estão presentes no Parque Marinho, e nos informarem para, automaticamente, passarmos a atuar dentro do parque. Essa aproximação e todas as partes do plano de manejo que diz respeito aos bens culturais, foi redigido pelo IPHAN e agora está recebendo nova redação em função das mudanças, havendo, portanto, grande parceria, de acordo com ele. Em seguida, manifestou-se a Conselheira **Márcia Genésia de Sant’Anna**, elogiando, primeiramente a homenagem prestada ao Conselho Consultivo através do vídeo apresentado. Considerou o ato uma forma muito correta de se encaminhar a celebração dos 80 anos, por reconhecer o próprio trabalho da instituição e de todos aqueles que dela, fazem parte. Em seguida, fez comentários sobre os dois informes feitos pelo Depam, centrando sua fala na importância da participação da sociedade nos processos de reconhecimento patrimonial. Sobre isso, ilustrou sua fala com o ocorrido na visita dos técnicos, em 2014, à Ilha. Do ponto de vista dela, essa vitória

foi feita como se faz desde 1938 - sem conversar com muita gente - e encaminhada uma proposta de tombamento com notificação a toda a população sem nenhum preparo. De acordo com Márcia Sant'Anna, o problema que isso gerou, felizmente, apareceu a tempo, antes que o tombamento, ainda provisório, fosse transformado em definitivo, dando a oportunidade de se voltar e fazer o trabalho, que na realidade, tem que ser feito antes. Propôs que "nesses 80 anos o IPHAN pare para refletir um pouco mais profundamente sobre essas coisas, tendo como corolário, talvez uma proposta de revisitação, ou revisão da Portaria nº11, ou de qualquer outro instrumento que regulamente a tramitação do processo de tombamento, quando deve aparecer a necessidade de que essas negociações, essas conversas, sejam feitas previamente, e sempre ao longo do processo, ressaltando, evidentemente, que isso não poderá ser feito em alguns casos, por exemplo, quando houver risco iminente de destruição do bem, porque, nesse caso, nós temos uma arma excelente, que é Decreto-lei 25/37, com o poder inato de agir sem consultar ninguém para salvar o patrimônio. Mas, quando não há uma situação desse tipo, nós temos sempre que fazer isso que vocês estão fazendo, agora, lá em Fernando de Noronha, até porque é a partir desse tipo de ação que o tombamento, como proteção, será sustentável socialmente". Sobre se houve o recuo da proposta inicial, a Conselheira Márcia Sant'Anna, não vê problema. Para ela, "essa redução, na medida em que se trata de uma ilha hiper-protégida por várias outras legislações, nos leva, também, a ficar muito tranquilos até mesmo com relação à própria proteção da paisagem, porque toda a legislação ambiental, muito forte, que está incidindo sobre todo o conjunto do arquipélago, já garante a preservação dessa paisagem, e eu entendo que esse caminho da negociação me parece o correto. Claro que, na hora do exame do processo de tombamento já concluído efetivamente, quando vier ao Conselho, tudo vai ficar ainda mais claro. Eu queria aproveitar esse mote para sugerir que nesse ano de reflexão, a instituição trate

de encaminhar essas coisas de uma maneira mais efetiva, mais normatizada, mesmo em seu interior". Após essas considerações, a Conselheira Márcia Sant'Anna passou a tratar mais diretamente dos dois informes. Salientou que com relação ao encontro das águas, "me pareceu uma oportunidade excelente para discutir até mesmo o próprio significado do entorno, algo muito polêmico dentro da casa, e que a cada gestão, a cada década, esse entendimento se transforma, hora se restringindo, hora se alargando. Há duas ideias relacionadas ao entorno que não devíamos tirar da nossa frente. A primeira, é que, claro, o entorno tem sempre a ver com apreensão visual do objeto protegido, e uma das bases da delimitação do entorno é essa possibilidade de fruição, de apreensão visual, e acho que nesse sentido me parece que vocês estão encaminhando bastante corretamente bem, o estudo de tentar preservar justamente todas as possibilidades de visualização e de fruição social do fenômeno. Agora, o entorno, além de ser uma área que participa da leitura e da compreensão do bem, não pode deixar nos deixar de entendê-lo, também, como a área que, potencialmente, ou diretamente, impacta ou afeta o bem. E aí, a minha pergunta no caso: quando vocês estão realizando esse trabalho, examinando toda essa questão, houve algum mapeamento de grandes projetos previstos ao longo dessa área ou nas proximidades que, potencialmente, possam afetar o próprio comportamento das águas e do fenômeno? Porque eu me lembro que um dos motivadores desse tombamento foi justamente uma intervenção, que eu não me lembro mais exatamente qual, se era fazer passar uma ponte ou um Porto enorme, e havia uma preocupação muito grande com relação a interferência que esse conjunto de intervenções pudesse ter no próprio fenômeno. Então, me parece que faz parte da reflexão sobre o entorno, nesse caso pelo menos, um exame desse tipo de proposta ao longo dessas duas margens dos dois rios, não para que eles sejam incluídos como entorno necessariamente, mas para se avaliar, inclusive, quais são as áreas que

potencialmente eles podem vir a afetar, e, aí, é que eu gostaria de deixar um pouco para reflexão a ideia de que o entorno nem sempre precisa ser contínuo, como uma área contínua. Mas ele tem que cobrir no mínimo essas duas possibilidades, a possibilidade da fruição, da apreensão visual, e a da compreensão do bem, e também as áreas que potencialmente afetam o bem e podem até destruí-los, mesmo que estejam tanto distantes”, concluiu a Conselheira. A Presidente **Kátia Santos Bogéa** comentou a manifestação da Conselheira Márcia Sant’Anna; “Márcia, você falou o que queríamos ouvir. Na comemoração desses 80 anos, e este é o ano de reflexão, temos que refletir sobre o seguinte: nós tombamos muito naqueles ditos anos heroicos, e todos sabemos como se davam os tombamentos, era preciso correr contra o tempo. Em decorrência, hoje, nós temos um passivo muito grande na instituição, que é a normatização desses tombamentos, e já estamos com vários processos de normatização em curso, por exemplo, no Rio de Janeiro, na Bahia, em Belém. É um fato resolvido dentro da Diretoria que nós não daremos encaminhamento de mais nenhum processo de tombamento, sem que ele já venha com todos os estudos de poligonal, normatização e demais. Então, a partir de agora, o que vier para o Conselho, vai vir dentro desse formato, e o passivo, de acordo com os nossos recursos humanos e financeiros, iremos trabalhando no sentido de conseguir zerar daqui a um tempo”, explicou a Presidente. O Diretor **Andrey Schlee** retomou a palavra para tecer considerações sobre a intervenção da Conselheira Márcia Sant’Anna. “O que você acabou de dizer, Conselheira, nos dá uma base gigantesca, porque pela primeira vez, de fato, há um alinhamento do desejo do Depam, com um desejo do Conselho Consultivo, que tenho certeza que é de todos. É uma dificuldade. Quando eu cheguei aqui, eu falava muito do passivo de processos tombamentos. Para se ter uma ideia em termos de número, nos trinta primeiros anos de administração do IPHAN, portanto, durante todo o período de Rodrigo Melo Franco, nós tombamos 50%

de tudo que está tombado até hoje, e esses 50% obviamente não têm nenhuma informação, ou, rarissimamente, têm informações sólidas, a não ser quando houve algum litígio e se produziu uma instrução mais detalhada. Portanto, trabalhamos muito com a leitura dos Livros do Tombo, ou seja, em que Livros estão os tombamentos para ir construindo uma gestão. Insisto no discurso de que para os próximos oitenta anos, é fundamental que IPHAN deixe de ser reativo e passe a ser proativo, e para ser proativo nós temos uma outra tarefa que se está construindo, de se ter uma proposta muito clara para o Conselho Consultivo, e a exemplo do Departamento do Patrimônio Imaterial, que tem uma política nacional de patrimônio imaterial, que exista, sim, uma política nacional de patrimônio material definindo, claramente, o rumo do IPHAN nos próximos 80 anos, enfrentando problemas estruturais, não só o das normas, mas, inclusive, questões que teremos que discutir naquela linha que o Conselheiro General Synésio Scofano Fernandes sempre nos cobrou, de dar maior clareza ou melhor entendimento de como utilizamos os Livros, de como escolhemos os Livros em que escrevemos os bens". **Andrey Schlee** passou, então, a abordar as perspectivas futuras para o IPHAN, partindo do ponto da existência de uma lista de quatrocentos bens, já instruídos e indicados para tombamento. Passou a introduzir uma série de questões daí decorrentes, diretamente relacionadas com o papel do IPHAN: "nós vamos tomar nos próximos 80 anos, mais 200 igrejas católicas apostólicas romanas? Vamos tomar apenas mais três terreiros? Por que é isso mais ou menos que está na lista pronta para chegar ao Conselho. Nós não vamos avançar no patrimônio industrial? Nós vamos tomar mais acervos de bens móveis já musealizados, já existindo o IBRAM? Essas questões terão que ser analisadas e discutidas. Nossa proposta ambiciosa é que até o final do ano do aniversário, tenhamos uma minuta para ser discutida no Conselho. Além disso, a revisão da Portaria nº 11, está diretamente ligada ao que está se falando aqui. Está pronta a

revisão, mas em função da necessidade de discutir a política, nos pareceu bastante interessante que se aguardasse, entre outras coisas, se vamos exigir, por exemplo, se para se tombar uma determinada área rural, a comunidade será ouvida? Será que isso não terá de estar posto na normativa do IPHAN, ou vai se tombar e depois se vai enfrentar dificuldades com aquela comunidade? Uma coisa é tombar um bem isolado, de um proprietário conhecido, outra coisa é tombar um conjunto urbano e que envolve uma comunidade. Não estamos ouvindo nem o Prefeito, quanto mais a comunidade. Então, essas questões têm de estar embutidas na política de patrimônio material que estamos tentando construir". Por fim, informou que chegou a pensar num terceiro informe, sobre um caso espetacular, segundo ele, que deve ser indicado em um momento especial para apreciação do Conselho Consultivo. "É um caso tão espetacular que nós vamos indicar um momento especial do Conselho Consultivo, que é o tombamento, para nós muito caro, da Serra do Navio, um conjunto urbano no meio da selva que nós tombamos e delimitamos uma área de entorno, que é como a do encontro das águas, uma faixa de exclusão, repetindo, talvez o modelo Brasília, do Plano Piloto. E o que que virou isso? Gerou ocupação irregular do bem que nós queremos preservar, e o IPHAN com parceiros, obviamente, encabeçou de regularização fundiária para preservar a Vila Operária projetada pelo arquiteto Oswaldo Bratke, na década de 50. Estamos fazendo a regularização fundiária, definindo os lotes e criando um Fundo Municipal de preservação em função da questão que está por vir. E o mais fantástico de tudo, dada a escala, e a delicadeza do bem que buscamos proteger, nós projetamos, e quando falo nós, falo em homenagem aos meus técnicos e servidores do IPHAN, Antônio Miguel, Érica Diogo e George Alex, que mais uma vez responderam à altura, e nós temos, hoje, o manual de intervenção casa por casa, ou seja, se o cidadão que invadiu aquela casa e construiu três cômodos, estamos dando uma situação bastante clara de como

regularizar isso, com audiências públicas. A maior audiência com participação de população em Serra do Navio foi realizada 15 dias atrás. Então, é muito significativo, de um lado o trabalho que dá fazer isso, mas, por outro lado, muito apaixonante do ponto de vista, de fato, da mudança que percebemos quando há diálogo com a população. Se tudo correr bem vai virar um manual que cada proprietário terá, com instrução de como vai poder tratar aquela casa, aquele bem de madeira delicado e os outros componentes da cidade". A **Presidente** agradeceu ao Diretor do Depam e passou a palavra ao Conselheiro **Carlos Eduardo Dias Comas**, que expressou sua preocupação com a normatização de uma interação com a população, pois acredita que nem sempre tudo vai ser feito por consenso e pode ser um engessamento na resolução de conflitos. Para ele, Fernando de Noronha é, essencialmente, uma área de conflito, e casos desse tipo, exigem solução política. Para ele, o tombamento à revelia da população, que gerou ampla reação, foi o detonador de todo o processo de negociação para a resolver o impasse gerado pelo fato. Em seguida pediu a palavra o Conselheiro **Marcos Castriota de Azambuja**, que assinalou que Fernando de Noronha não é o paraíso, mas uma mina de ouro, voltada para dar lucro em um espaço restrito e caminhando para uma situação de extrema conflitividade. Para o Conselheiro, o IPHAN não agiu mal em tombar provisoriamente e fixar certas posições, mas a partir de agora, deve ficar em uma posição defensável minimalista e não se meter em um processo negociação que é do âmbito de animais políticos de outra natureza, que não a da instituição. Portanto, deve fixar as poligonais e objetos, até defende-los, e lavar as mãos, pois vai ser uma briga complicada face aos interesses econômicos em jogo, assinalou o Conselheiro Marcos Azambuja. A seguir se manifestou o Conselheiro **Synésio Scofano Fernandes**. Defendeu em sua intervenção que deve ser dedicado algum tempo ao estudo de alguns conceitos que têm alimentado a visão do tombamento. Para o Conselheiro, os conceitos que vêm da

visão da arquitetura, do paisagismo histórico, se misturam e embaralham a percepção objetiva do bem. Citou sua dificuldade de classificar a finalidade do tombamento. Exemplificou-a da seguinte forma: “concretamente, na análise de uma fortificação, chega-se à conclusão que, de fato, ela tem uma importância cultural, porque ela foi um elemento de defesa, um elemento de posse do terreno, e primeiro vemos a possibilidade de inscrição do bem no Livro do Tombo Histórico. Mas depois, assim secundariamente, fazemos a proposição de inscrever, também, no Livro do Tombo Etnográfico, Arqueológico e Paisagístico. Essa visão analítica do tombamento não está definida. O que que significa o histórico naquele conceito, ali? O que que significa paisagem naquele conceito de estudo que eu estou fazendo? Então nós temos que nos debruçar sobre isso. É uma questão realmente de importância fundamental no processo da visão da realidade que nós estamos nos deparando”, enfatizou. A Presidente agradeceu e passou a palavra para o Conselheiro **Marcelo Mattos Araujo**, Presidente e representante do IBRAM no Conselho, que assim se posicionou: “Fica muito claro essa necessidade de atentarmos para uma articulação das diferentes legislações. Nossa legislação que está completando 80 anos, surgiu no momento onde não havia nenhuma legislação ambiental, por exemplo, de proteção. Todas elas são posteriores e sendo aplicadas sem, muitas vezes, essa preocupação de uma articulação, o que traz, senão choques, pelo menos superposições. Acho, que cada vez mais um dos nossos grandes desafios é entendermos essas legislações, entendermos essas superposições e ver como elas devem ser combinadas e articuladas. O Embaixador Marcos Azambuja, como sempre, nos traz uma inteligência de argumentação importante para nós pensarmos, e essa muito sagaz observação, de que Fernando de Noronha, mais do que o paraíso, é uma mina de ouro, no qual ele tem uma total, como sempre, pertinência, mas eu queria aprofundar um pouco essa questão. Kátia Bogéa e eu, como presidentes de dois órgãos irmãos no âmbito

da proteção do patrimônio, temos reiteradas vezes, inclusive publicamente e em conjunto, defendido a questão de que a permanência do potencial econômico, de utilização e exploração desses recursos depende inclusive da compreensão da natureza desta mina de ouro e da sua preservação, caso contrário ela acaba muito mais rapidamente do que se imagina e, nesse sentido, é necessário desencadear um processo que é realmente longo, é difícil, custoso, mas de interação com a população, inclusive de educação, para que, justamente, essas questões possam aflorar e essa concepção e consciência da necessidade preservação, possa ser discutida e, idealmente, pelo menos, temos defendido muito e acreditamos, ela possa ser incorporada e defendida por essa população”. Em seguida o Conselheiro **Ulpiano Bezerra Toledo de Meneses** pediu a palavra. Inicialmente agradeceu o trabalho realizado sobre o Encontro das Águas, destacando o mérito do trabalho realizado que, segundo ele, foi muito mais além de que quando fez a proposição. Em seguida focou sua intervenção na questão de Fernando de Noronha: “Sobre Fernando de Noronha não quero entrar na questão do valor, porque desde 40 anos atrás, quando li que Kant dizia que não há objeto sem sujeito, entendi que também não há sujeito sem valor. Portanto, trabalhar com patrimônio é trabalhar com objetos e sujeitos, indissolavelmente interagindo. Mas gostaria de apenas reforçar algumas coisas que foram ditas pelo Embaixador, pelo Marcelo Araújo e outros. Penso que, com relação a Fernando de Noronha, o recuo é um avanço que permitiu se passar a um patamar superior, seja com relação ao parcelamento, seja com relação a dialogar com o habitante. Só com relação a isso, sem entrar no que seria aplicado a valores, entendo que é preciso levar em conta que não se trata em absoluto de ouvir a voz das ruas para obter consenso, sobretudo em um momento de conflito que nada tem a ver com aquela harmonia ideal do cantochão. De maneira que é muito difícil se guiar pela voz rouca das ruas, mas há outras ações que implicam que esse ouvir é absolutamente

indispensável e que temos falhado a esse respeito. O diálogo deveria estar sistematicamente presente no processo. Em primeiro lugar, diria que é uma estratégia indispensável para qualquer tipo de operação. Nossa intervenção incide sobre uma série de aspectos da vida social, aspectos da existência de terceiros. É preciso que tenhamos uma visão do campo operatório, como faz o cirurgião. O cirurgião não pergunta: o que você prefere, se anestesia, local, total ou parcial – porque antes já procedeu ao conhecimento do doente e suas contingências e reações. Então, essa primeira razão me parece que já seria suficiente, e o Conselheiro General Synésio Fernandes, também, entende muito disso. Em segundo lugar, é um processo de prestação de contas, isto é, nós recebemos uma delegação e precisamos justificar os atos derivados dessa delegação que dizem respeito à vida social. Então, significa que temos que justificar, adequadamente, sob vários aspectos, as medidas que tomamos e as intervenções correspondentes. Em terceiro lugar, associado a isso, há um processo pedagógico, mas eu ressaltaria que não é só um processo nosso em direção aos habitantes; é um processo nosso em direção aos habitantes e dos habitantes em direção a nós, também. Temos que aprender com esse diálogo. Temos que ensinar e aprender, porque cultura é artifício, cultura é artificial. Se a cultura é criada – e coletivamente – significa que ela não deve ser imposta. Não convém esse rumo, mas ela pode ser proposta, o que é muito difícil e exige um processo pedagógico. Diria o seguinte: não se trata de negociação apenas política, se trata, também de uma negociação pedagógica. A interação com o habitante deveria fazer parte sistemática de todo o processo de tombamento e não só, por exemplo do registro do patrimônio imaterial. Mas eu diria que há ainda uma pequena questão que deveria ser resolvida especificamente, porque está envolvida no contato com o habitante. É que há muitos protagonistas, como senhores da Ilha. Tem o ICMBio, Marinha, Aeronáutica, SPU. Já há contatos com o ICMBio, mas acho que, em primeiro lugar, o parcelamento não

significa que os problemas não sejam interativos, são interativos. Sempre haverá possibilidade de fricção e de o parcelamento se transformar em divisão negativa. Mas imagino, sobretudo, para facilitar as coisas e para potencial positivamente essa diversidade de protagonistas, formalizar protocolo permanente de interação, não apenas contatos parciais ou então contatos com relação a certas crises, mas um protocolo permanente". A Presidente **Kátia Santos Bogéa** agradeceu as palavras do Conselheiro, e não havendo mais quem quisesse se manifestar, declarou encerrado a sessão da manhã da 85ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, e convocou os Conselheiros para a retomada dos trabalhos no período da tarde. **Tarde-** A Presidente **Kátia Santos Bogéa** reabriu a reunião, e deu início ao ponto **5 da pauta, Revalidação do Título de Patrimônio Cultural do Brasil do bem cultural denominado "Arte Kusiwa – Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajãpi"** – (Processo n.º 01450.011377/2012-09), tendo como relator o Conselheiro Roque de Barros Laraia. Antes da leitura do parecer, apresentou os convidados da etnia Wajãpi presentes: Kasiripina Wajãpi, Cacique da etnia Wajãpi; Aikyry Wajãpi e Jatuta Wajãpi. Apresentou, também, Patrícia Reis, Coordenadora de Cultura da UNESCO no Brasil, e a Superintendente do IPHAN no Estado do Amapá, Weleda Fátima Freire e passou a palavra ao Diretor do Departamento do Patrimônio Imaterial, **Hermano Fabricio Guanais e Queiroz**, que fez considerações sobre a política de Patrimônio Imaterial. "Gostaria de fazer algumas considerações acerca do que foi falado e mostrar, de algum modo, como que o patrimônio cultural imaterial, apesar de tão novo e recente, vem contribuindo para o aprimoramento e para a discussão do conceito de patrimônio cultural e das práticas preservacionistas. Depois desse longo percurso de 80 anos, hoje, celebramos o sucesso dessa política do patrimônio imaterial e de ser referência para o mundo, como uma das políticas mais exitosas e que vem promovendo a sustentabilidade social. Eu acho que que é importante de dar visibilidade ao papel de

Mário de Andrade, como aquele que primeiro pensou nessa dimensão do patrimônio e, também, ressaltar o papel que os folcloristas tiveram em todo esse processo quando eles na verdade já tratam dessa perspectiva do patrimônio e colocam o ser humano como centro desse processo, como informantes desse patrimônio, mas sobretudo papel que tem que ser destacado de Aloísio Magalhães dentro do IPHAN, em que buscou dar, de fato, essa abertura a esse campo do patrimônio. Foi Aluísio Magalhães que trabalhou muito bem a perspectiva do ser humano, não como apenas como Informante, mas como sujeito ativo do patrimônio. Então isso é um marco importante. E, aí, todo um trabalho que repercutiu na Constituição de 88, que veio em realidade elevar o patrimônio à categoria de direito fundamental e também trazer algo importantíssimo, que eu penso que o patrimônio material tenta com mais efetividade buscar, que é cumprir o dispositivo constitucional que diz que o poder público, e, aí, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural, essa ideia de proteção do patrimônio cultural e natural como um todo. Aqui, eu peço permissão ao Conselheiro Ulpiano Bezerra de Meneses e à Maria Cecília Londres Fonseca, para dizer que Márcia Sant'Anna merece a homenagem do Departamento como primeira diretora e fundadora do Departamento do Patrimônio Imaterial, e, também, como aquela que desde 87, antes da Constituição de 88, já estava na Bahia lutando dentro do IPAC, como consultora, utilizando a experiência que ela teve na Fundação Nacional Pró-memória. Foi com esse grupo da Bahia, de projeto e legislação, que ela coordenou já pensando no instrumento chamado registro especial, que foi depois parar na Constituição através da participação do Professor Paulo Ormindó, amigo que foi, também, um grande orientador de Márcia Sant'Anna, e depois, já como superintendente do IPHAN no Ceará, que promoveu o seminário de Fortaleza, encontro que chamou à verdade o IPHAN para mostrar que o órgão não poderia prosseguir nesse trabalho de proteção sem cuidar dessa outra dimensão do

patrimônio que está relacionado às pessoas, a essas comunidades tradicionais. Esse seminário é concluído com a 'Carta de Fortaleza' e a partir daí é criada uma comissão dentro do MinC e um Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial - GTPI - junto ao MinC, para a criação do Decreto 3551, que foi entregue pronto para o presidente da República assinar. Daí, é o DPI criado e dirigido por ela, que instrui os primeiros processos, como o processo Wajãpi do Amapá. Então, acho que é uma homenagem mais do que justa. É só o reconhecimento do trabalho". A Conselheira **Márcia Genésia de Sant'Anna** agradeceu a homenagem, mas pediu para fazer alguns reparos: "não fui a primeira diretora do Departamento do Patrimônio Imaterial. Foi o antropólogo Antônio Augusto Arantes. Eu assumi, na sequência, quando ele foi nomeado presidente do IPHAN. Embora eu tenha tido uma certa participação de liderança nesse processo, foi um trabalho de grupo efetivamente, não só envolvendo a Cecília Londres, a Célia Corsino, a Cláudia Márcia Ferreira, a Ana Cláudia Lima e Alves, que está aqui e para quem eu também peço reconhecimento nesse processo, a Ana Gita Oliveira, ou seja, muita gente que desde a primeira hora, desde do seminário de Fortaleza, vem discutindo e trabalhando nisso, e eu apenas tive a oportunidade de funcionar como coordenadora de algumas dessas ações e depois como diretora do DPI, mas o mérito é desse grupo". Após esses esclarecimentos, o diretor **Hermano Fabricio Guanais e Queiroz**, prosseguiu: "nós temos, agora, nesse momento, depois que disso construído, o primeiro bem que chega ao Conselho para revalidação do título de Patrimônio Cultural Brasileiro. E, só fazendo um comentário breve sobre esse processo, era uma política nova que se inaugurava naquele momento, o pedido de reconhecimento da comunidade Wajãpi se centrava dentre outras coisas, em duas questões: a primeira, era um eventual desinteresse dos jovens Wajãpi pela continuidade da prática e, também, o nítido receio de apropriação indevida daquele grafismo, que até então já despertava a cobiça de alguns, e que eles entendiam que

o registro, para além do reconhecimento como patrimônio cultural, serviria, também, para a proteção efetiva daquele grafismo e da sua titularidade no âmbito dos direitos coletivos e da propriedade intelectual. Então, o IPHAN promoveu esse registro e logo depois construiu o plano de salvaguarda que foi executado e que está sendo executado, inclusive com muito êxito". O **Diretor**, observou que logo depois do reconhecimento como patrimônio cultural, o bem foi objeto de apropriação indevida e de exploração comercial, "que é algo que o patrimônio a todo momento está vivenciando e, apesar de o IPHAN ter uma certa ineficácia jurídica do registro como instrumento de proteção, o registro foi invocado e utilizado, inclusive, para reverter o dano, por que esse grafismo foi apropriado, foi comercializado indevidamente naquele momento por um design famoso. Isso foi para televisão e os Wajãpi entendem que o IPHAN tem por obrigação promover ações que resguardem esses interesses que estão associados ao bem registrado. E foi a atuação do IPHAN que possibilitou a reversão do dano através da retirada de objetos que foram vendidos na época, como papéis de parede e outros, e através do apoio alguns projetos no âmbito da comunidade dentro das diretrizes da salvaguarda", concluiu. Depois dessas colocações do Diretor, com o sentido de ilustrar o processo de revalidação, foi apresentado vídeo que documenta a elaboração da pintura Kusiwa atual. Em seguida, foi iniciada a leitura do parecer pelo Conselheiro **Roque de Barros Laraia**, reproduzido na íntegra nesta Ata: "**Processo 01450.011377/2012-04**. Agradeço a minha indicação para ser o Relator do primeiro Processo de Revalidação de um Bem Cultural Imaterial, conforme o Artigo 7º do Decreto 3551, de 2000, que determina a revalidação do bem a cada 10 anos. Somente, quase no final da elaboração de meu parecer, lembrei – e peço desculpas por isto – que no Conselho existe uma pessoa muito mais capacitada para elaborar este texto. Em 1992, a Conselheira Lúcia Van Velthen publicou o artigo "Das cobras e lagartas: a iconografia Wayana". PARECER.

O presente Processo refere-se ao Registro da “Arte Kusiwa Wajãpi” que ocorreu na Reunião do Conselho Consultivo do IPHAN, no dia 14 de dezembro de 2002, tendo sido Relator do Processo, o Conselheiro Pedro Ignácio Schmitz, decano da arqueologia brasileira. Esse bem imaterial foi inscrito no Livro de Formas de Expressão e, em 2003, foi declarado, pela Unesco, “Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade”. Cabe ressaltar que a solicitação do Registro, na ocasião, foi feita pelo Conselho das Aldeias Wajãpi e pelo Museu do Índio da Fundação Nacional do Índio, com o apoio do Núcleo de História Indígena da Universidade de São Paulo, sob a Coordenação da antropóloga Dominique Gallois, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, que iniciou as suas pesquisas de campo entre os Wajãpi, em 1976. Embora este não seja o primeiro bem imaterial registrado, trata-se do primeiro processo de revalidação e, portanto, este Relator tem o desafio de se afastar dos formatos dos processos de Registro, e não pode deixar de fazer uma crítica ao artigo 7º do Decreto 3551: os fatos demonstram que uma década é um tempo muito curto para um verdadeiro bem imaterial. E, além disto, como se pode constatar, este processo de revalidação já completou cinco anos! O presente Processo teve o seu início em 9 de agosto de 2012, com o Despacho 079/12, assinado por Célia Corsino, Diretora do Departamento de Patrimônio Imaterial, dirigido à Coordenação de Registro com o seguinte teor: “Considerando que o Decreto 3551 estipula no Art. 7º, que ‘o IPHAN fará a reavaliação dos bens culturais a cada dez anos’ e que a inscrição da ‘Arte Kusiwa – pintura corporal e arte gráfica Wajãpi’ no Livro de Registro das Formas de Expressão, ocorreu em 20 de dezembro de 2002 (...) solicito que sejam iniciados os procedimentos administrativos para a revalidação desse bem cultural’. Pelo Despacho 085/12, de 15 de agosto de 2012, a Coordenadora de Registro Substituta – Luciana Borges Luz – solicitou à Coordenação de Apoio à Sustentabilidade, encaminhamento de materiais sobre as ações para a salvaguarda

do bem nos últimos 10 anos. Em 21 de agosto, Rívia Ryker Bandeira de Alencar encaminhou as seguintes informações: 1. Listas de Documentos presentes na Coordenação; 2. Listas de Convênios realizados entre 2004 e 2011; 3. Quadro Sinótico com a descrição de ações de salvaguarda até 2010; 4. Plano de Salvaguarda apresentado pelos Wajãpi na '1ª Reunião de Ações e Planos de Salvaguarda', realizada em São Luís, Maranhão, em 2012. 5. Documento Técnico "Arte Kusiwa: Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajãpi – Etnografia da Salvaguarda de um bem registrado como Patrimônio Cultural do Brasil". 6. Avaliação preliminar da política de salvaguarda de bens registrados. Antes de detalhar as informações contidas na Lista de Convênios - mencionadas no item 2 acima, é importante lembrar que os solicitantes do registro, em 2002, foram: Conselho das Aldeias Wajãpi; Museu do Índio da Fundação Nacional do Índio; com o apoio do Núcleo de História Indígena da Universidade de São Paulo, sob a Coordenação da antropóloga Dominique Gallois, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, que iniciou as suas pesquisas de campo entre os Wajãpi em 1976. Estas mesmas entidades participam – através de Convênios – na execução dos Planos de Salvaguarda, com a inclusão de dois novos participantes: o IEPÉ Instituto de Pesquisa e Formação Indígena, além do Núcleo de Formação Indígena da Secretaria Estadual de Educação do Amapá. Estas entidades, juntamente com uma representação do IPHAN e do APINA (Conselho das Aldeias Wajãpi) formaram um Conselho Consultivo para o acompanhamento do Plano de Salvaguarda. Cabe também ressaltar a importância do acordo do IPHAN com a Secretaria de Programas e Projetos Culturais do Ministério da Cultura que, através de sua política de implantações de Pontos de Cultura, disponibilizou ao público, em Macapá e Oiapoque, importantes informações sobre os Wajãpi, com a finalidade de combater o forte preconceito existente na região contra os índios. Ao relacionar as medidas de apoio recebidas após o Registro, em

2002, e principalmente, a Declaração da UNESCO, em 2003, constata-se que os Wajãpi receberam vários e significativos apoios. Eles estão relacionados nas páginas do processo: Cursos e oficinas para formação de pesquisadores Wajãpi, promovido pela *Latin American Studies Association (LASA)*; Cursos e oficinas para a formação de pesquisadores Wajãpi, produção de livros; cursos para não índios a respeito das culturas indígenas e do patrimônio imaterial, pela UNESCO; Exposição Jane Reko Mocasía (organização social dos Wajãpi) realizada na Fortaleza São José de Macapá e no Museu Kuahi dos Povos Indígenas do Oiapoque, pelo Museu do Índio, da FUNAI. O IPHAN, juntamente com o Pontão de Cultura/MinC, organizaram: cursos, oficinas e estágios dos pesquisadores Wajãpi; oficinas para a formação dos documentaristas Wajãpi; realização de filmes para a divulgação do patrimônio imaterial pelos próprios Wajãpi; biblioteca sobre culturas indígenas para o público de Macapá; cursos para públicos não indígenas sobre patrimônio cultural dos povos indígenas; palestras de pesquisadores Wajãpi em escolas não indígenas; encontro de pesquisadores indígenas; formação de documentaristas tiryó e kaxuyana; apoio a exposições de povos indígenas do Oiapoque e produções de livros Informações sobre o andamento das ações podem ser encontradas nas fls. 28 a 59. Na folha 27, estão relacionadas as principais dificuldades para a execução das salvaguardas: a) dificuldade de convencer a Secretaria Estadual de Educação a apoiar as atividades de educação diferenciada prevista no Plano; b) não reconhecimento do trabalho dos pesquisadores pelas comunidade; c) dificuldade de diálogo interno entre gerações e entre professores, pesquisadores, chefes e estudantes para trabalharem todos junto no fortalecimento cultural dos Wajãpi; e, finalmente, o poder da cultura dominante dos não-índios. A partir da folha 60, encontram-se dois textos que são os primeiros resultados dos procedimentos de salvaguarda do bem: “Arte Kusiwa. Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajãpi” de Damiana Bregalda Jaenisch e o Relatório “Avaliação

Preliminar de Políticas de Salvaguarda de Bens Registrados”, elaborado pelas antropólogas Leticia Vianna, Morena Salama, Damiana Bregalda, Patrícia Amorim e Maria Paz. Já no primeiro texto surge a preocupação com a apropriação indevida dos grafismos Wajãpi, e até onde as leis que protegem o direito intelectuais podem ser válidas para a proteção de seus grafismos. O segundo texto confirma a preocupação dos Wajãpi em buscar, através do Registro, uma proteção contra a ameaça do mercado em apropriar de seus grafismos. Resumindo, o que se propõe na fl. 205 é proporcionar aos Wajãpi maiores esclarecimentos a respeito dos limites do IPHAN no que diz respeito à aplicação dos direitos de propriedade intelectual; e uma maior atuação do IPHAN na qualidade de mediador para o encaminhamento das demandas relativas à educação formal. No dia 01 de outubro de 2012, a Diretora do Departamento de Patrimônio Imaterial enviou o Ofício 410/12 ao Conselho das Aldeias Wajãpi – APINA e à Associação Wajãpi Terra, Ambiente e Cultura – AWATAC, consultando sobre o interesse da comunidade produtora do bem sobre a revalidação do título. Em 8 de maio de 2013, a Superintendente do IPHAN no Amapá, Juliana Morilhas Silvani, encaminha a via original do documento do povo Wajãpi a favor da Revalidação do Registro: *Declaração do Povo Wajãpi sobre os 10 anos do registro de sua arte gráfica KUSIWA. Após a 5ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Imaterial Wajãpi – CCPSIW, os representantes das comunidades se manifestaram sobre a importância do registro de nossa expressão cultural KUSIWA. Durante a Assembleia Geral do Conselho das Aldeias Wajãpi – Apina -, que ocorreu de 26 a 28 de abril de 2013, foi discutido que a revalidação do registro do plano de Salvaguarda vai continuar fortalecendo e valorizando nossa cultura que sabemos ser muito importante. Então, reivindicamos novamente para o nosso parceiro IPHAN/MinC que continue nos apoiando e ajudando como vem fazendo durante esses últimos anos. De acordo com o nosso modo de vida Wajãpi, precisamos que as Políticas Públicas nos*

atendam de acordo com os nossos interesses e sem atrapalhar o nosso modo de vida. Em nome do povo Wajãpi estamos agradecendo fortemente aos nossos parceiros IPHAN e UNESCO, que registraram o KUSIWA como patrimônio Cultural no Brasil e da Humanidade. Aramirã – CFDW – Terra Indígena Wajãpi, 30 de abril de 2013. A declaração acima foi assinada por 81 indígenas. Em 26 de julho de 2013, a Presidente do IPHAN, Jurema Machado, assinou a Portaria nº 341, que dispõem sobre a Criação da Comissão Técnica para a Revalidação do Título de Patrimônio Cultural do Brasil da Arte Kusiwa – Pintura corporal e arte gráfica Wajãpi. A Comissão teve a seguinte constituição: Claudia Marina de Macedo Vasques – COEG/GGIR/DPI; Diana Dianovsky – COREG/CGIR/DPI; Rívia Ryker Bandeira de Alencar CGSG/DPI; Francisco Phelipe Cunha Paz – IPHAN/AP. A Presidência ficou a cargo de Claudia Marina de Macedo Vasques, tendo como suplente Diana Dianovsky. Publicado no Diário Oficial de 30 de julho de 2013. Cabe ressaltar que no decorrer de julho de 2013 a 15 de julho de 2016, essa Comissão sofreu inúmeras modificações em sua composição. O Parecer final é de Autoria da seguinte Comissão: I – Titulares: a) Pedro Gustavo Clerot – COID/CGIR/DPI; b) Natália Guerra Brayner – CGSG/DPI; c) Djalma Guimarães Santiago – IPHAN-AP. A Presidência dos trabalhos ficou a cargo dos seguintes membros: I – Pedro Gustavo Clerot – Titular e II- Natália Guerra Brayner – Suplente. Em 16 de julho de 2016, pelo Despacho nº 41/2016, Diana Dianovsky, Coordenadora de Registro do DPI informou que foi anexado ao Processo o “Relatório Final de Pesquisa e Documentação da Arte Gráfica Kusiwa”, elaborado pela antropóloga Dominique Tilkin Gallois, da Universidade de São Paulo, através do Convênio nº 791063/2013, celebrado entre o IPHAN e a Sociedade de Amigos do Museu do Índio. O Relatório foi acompanhado de Questionários dos Pesquisadores Wajãpi; Guia de Fontes: Arte Gráfica Wajãpi; Inventário Iconográfico; Síntese dos Debates Ocorridos nas Reuniões Comunitárias; Lista de Presenças das Reuniões

Comunitárias; CD com 150 fotografias de Eric Brochu; e DVD – filme – vídeo, de André Lopes e de Dominique Gallois. Em 30 de julho de 2016, através do Despacho 042/2016, Pedro Gustavo Morgado Clerot, Presidente da Comissão Técnica para Revalidação da Arte Kusiwa – pintura corporal e arte gráfica Wajãpi, inclui no Processo os materiais resultantes das ações de apoio realizadas em decorrência do Convênio do IPHAN com o IEPE – Instituto de Pesquisa e Formação Indígena. É interessante notar que essas ações de Salvaguarda vêm sendo realizadas desde 2005, e que as ações do IEPE se distinguem pela forte participação indígena. Um exemplo, é o Seminário realizado na Fortaleza de São José do Macapá que reuniu não somente os Wajãpi, mas também representantes de outros grupos indígenas do Amapá e do Norte do Pará. Entre os coordenadores das sessões destacamos Marcos Vinício Carvalho Garcia, do IPHAN; Marco Antônio do Espírito Santo, da FUNAI; Cassio Noronha de Souza, do Ministério do Meio Ambiente; Lucia Hussak Van Velthen; do Museu Paraense Emilio Goeldi; Lux Vidal, Dominique Gallois, Luís Donisete Benzi Grupione e Denise Fajardo Grupione, da Universidade de São Paulo. Entre os projetos decorrentes do Convênio com o IEPE gostaria de destacar “Jane Ypi: documentação dos saberes Wajãpi sobre a formação da terra e da humanidade” que teve como objetivo o “mapeamento e registros de saberes orais a respeito dos vestígios que os Wajãpi interpretam como marcas do “começo do mundo”, ou seja vestígios deixados pelos primeiros habitantes desta terra. Quando todos eram “como gente” que eles denominam como “jane ypi” (nossas origens). Estes vestígios podem ser entendidos – na nossa tradição científica como sítios arqueológico de diferentes naturezas, ou ainda como estruturas paisagísticas (...), mas são interpretados pelos Wajãpi como sinais das transformações que ocorreram na longa e complexa história das relações entre demiurgo-criadores, humanos e não humanos”. A este respeito recordo aos senhores conselheiros o registro da “Cachoeira de Iauaretê, lugar sagrado dos povos

indígenas dos Rios Uaupés e Papuri” (Amazonas), proclamada Patrimônio Cultural do Brasil, em agosto de 2006, sendo o primeiro bem cultural inscrito no Livro de Registro dos Lugares. Nesse caso, formações rochosas situada na confluência dos dois rios são interpretadas como representações de seres sobrenaturais ou antepassados. A partir da fl. 617, foi incluído o Parecer datado de 14 de junho de 2016, da Comissão Técnica para a revalidação do Registro da Arte Kusiwa – pintura corporal e arte gráfica Wajãpi, constituída por Pedro G. Morgado Clerot, antropólogo, da Coordenação Geral de Identificação e Registro; Natália Guerra Brayner, historiadora, da Coordenação Geral de Salvaguarda; e Djalma Guimarães Santiago, historiador, da Superintendência do IPHAN no Amapá. A Comissão concluiu que: *Por ser uma expressão cultural de longa continuidade histórica que, todavia, encontra-se em constante processo de reelaboração, sendo uma tradição que se reitera e se atualiza; Por ser uma referência cultural que vem sendo exercida e abarca a identidade de um dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira; Por continuar sendo uma referência cultural importante para o povo Wajãpi, e que se comunica amplamente com todo o povo brasileiro pela sua capacidade de ressonância; Considerando que essa expressão cultural somente continuará existindo para os seus detentores se estes souberem lidar com as contradições dos atuais contextos de transformação desses saberes e práticas, e que as ações de salvaguarda têm contribuído de maneira determinante para esse fim, somos favoráveis à Revalidação do título de Patrimônio Cultural do Brasil da Arte Kusiwa – arte gráfica e pintura corporal Wajãpi, inscrito em 2002 no Livro de Registro das Formas de Expressão. Em 7 de setembro de 2016, o Diretor do Patrimônio Imaterial encaminhou o Parecer para conhecimento da Câmara Setorial de Patrimônio Imaterial. Em 14 de setembro de 2016, ocorreu a 30ª Reunião da Câmara Imaterial, que aprovou o Parecer e a continuidade do Processo. Em 20 de dezembro de 2016, o Diretor do Departamento de Patrimônio Imaterial, Hermano*

Fabricio Guanais e Queiroz, encaminhou o processo ao Procurador-Chefe da Procuradoria Federal no IPHAN, Heliomar Alves de Oliveira, que distribuiu o Processo ao Procurador Antônio Fernando Alves Leal Neri, que em um competente Parecer aprovou a continuidade do Processo, recomendando a expedição de notificação e publicação de aviso no Diário Oficial da União a respeito do processo de revalidação do Título de Patrimônio Cultural do Brasil da Arte Kusiwa – pintura corporal e arte gráfica Wajãpi. O Aviso recomendado pela Procuradoria Federal do IPHAN foi publicado no Diário Oficial de 13 de janeiro de 2017. Pelo Despacho 08/2017 – CONSELHO CONSULTIVO/PRESI/IPHAN, o Secretário do Conselho Consultivo, Jorge Augusto Oliveira Vinhas, encaminhou o Processo ao Conselheiro Roque de Barros Laraia, que submete o seu Parecer aos Senhores Membros do Conselho Consultivo do IPHAN. Trata-se da primeira análise de um processo de Revalidação de um Bem Cultural Imaterial. Desde o início de seu trabalho, este Conselheiro não teve nenhuma dúvida que, no curto espaço de 10 anos, um bem cultural imaterial brasileiro - que se transformou em um Patrimônio Oral e Cultural da Humanidade – continuaria mantendo o seu significado. Acreditar no contrário seria menosprezar a capacidade de resistência dessas pequenas populações indígenas da floresta tropical que, nos últimos cinco séculos, vêm resistindo ao avanço de poderosas frentes de expansão pioneira que os ameaçam. Como antropólogo - representante que sou, neste Conselho, da Associação Brasileira de Antropologia - tive a oportunidade de realizar pesquisas de campo entre quatro pequenas sociedades Tupi-Guarani – como os Wajãpi – e cheguei, mesmo, a prever os seus desaparecimentos. Felizmente errei. Continuam em suas terras, e são mais numerosos que antes. Continuam mantendo as suas tradições, embora alguns deles já estão até mesmo nas Universidades. Por tudo isto, foi que na análise do Processo concentrei-me nos procedimentos de Salvaguarda. Em 2005, o IPHAN iniciou os procedimentos de salvaguarda do bem

registrado. Realizou convênios com as entidades que tinham sido contratadas para o procedimento de Registro e com aquelas que surgiram em decorrência do próprio Registro. Sabiamente criaram um mecanismo de gestão, criando um sistema de articulação entre as diversas entidades. Foi então, que surgiu um Conselho Consultivo, formado por representantes das diversas entidades: APINA – Conselho das Aldeias Indígenas; IEPE – Instituto de Pesquisa e Formação Indígena; Núcleo de Formação Indígena da Secretária de Educação do Amapá; Museu do Índio da FUNAI; Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da USP. Assim, o **Parecer do Relator é pela Revalidação da Arte Kusiwa – Pintura Corporal e Arte Gráfica do Título de Patrimônio Cultural do Brasil**. Brasília, 25 de abril de 2017. Roque de Barros Laraia. Conselheiro. 85ª Reunião”. Após a leitura, o Conselheiro relator fez a seguinte consideração:” eu gostaria de informar que esse processo ficou praticamente parado de 2013 a 2016, realizando mudanças na Comissão de Revalidação do Título de Patrimônio Cultural do Brasil e por causa das dificuldade do IPHAN, por ter um quadro pessoal altamente competente, mas muito pequeno para tarefa que está sendo realizada, e da dificuldade inerente à burocracia, pois cada vez que mudava a comissão, tinha que se fazer publicação no Diário Oficial que, além de onerosa, custa muito tempo para ser feito .Eu acho que eu acho que vale a pena que este Conselho estabeleça uma discussão a respeito do período de 10 anos para fazer a revalidação, porque um bem cultural dura muito mais do que isso. Nós vamos enfrentar daqui para adiante uma tarefa de Sísifo, carregando processo para cima e para baixo, pois daqui a pouco nós vamos ter simultaneamente uma dezena de processos de revalidação. No meu parecer não me preocupei nenhum momento em reiterar que a arte Kusiwa é um patrimônio cultural porque já foi definido pelos dois títulos recebidos”. A **Presidente** agradeceu ao relator pela apresentação do parecer e abriu a palavra para manifestação dos Conselheiros. A Conselheira **Lucia Hussak Van Velthen** foi a

primeira a falar. Parabenizou o Conselheiro Roque de Barros Laraia pelo cuidadoso parecer e lembrou que o Conselho Consultivo já registrou patrimônio de diferentes povos indígenas, além dos Wajãpi, citando os Karajá, os Tucano, entre outros, como reconhecimento da importância dessas culturas e seus modos próprios de existir. Ressaltou isto, segundo ela, por sua preocupação no presente momento, diante do atual quadro político que afeta, sobremaneira, e diretamente, os povos indígenas e seus direitos assegurados pela Constituição. Disse fazer como suas as palavras das lideranças indígenas reunidas no acampamento Terra Livre, instalado perto do Teatro Nacional de Brasília. A Conselheira continuou sua intervenção destacando que: o lema do acampamento é 'Terra livre para unificar as lutas em defesa dos nossos povos pela garantia dos direitos originários dos nossos povos'. Os povos e organizações indígenas do Brasil, após árduas jornadas de lutas que envolveram históricos processos de formação, articulação, mobilização incansável, atuação junto Assembleia Nacional Constituinte, de 1988, com apoio de parlamentares, personalidades, instituições da sociedade civil, conseguiram que a Carta Magna, proclamada em 5 de outubro daquele ano, reconhecesse em seus artigos 231 e 232, o direito deles à identidade cultural própria e diferenciada bem como seus direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Os direitos indígenas sofrem, no presente, sistemáticos ataques nos distintos âmbitos do Estado. No Poder Executivo, por meio de inúmeras medidas administrativas jurídicas e políticas que fragilizam e visam desmontar as instituições, como a Fundação Nacional do Índio, a Funai, e as políticas públicas voltadas aos povos indígenas, implicando na paralisação da demarcação das terras indígenas, na precarização, porque não dizer, o caos, no atendimento básico à saúde indígena, no engessamento da educação escolar indígena, na inviabilização da gestão da proteção e sustentabilidade dos territórios indígenas, entre outros retrocessos. Contudo, a minha consideração a minha fala que

eu quero apresentar, ela não deve ser absolutamente negativa e assim me junto ao coro dos demais conselheiros que, hoje, de manhã, se manifestaram, e venho aqui parabenizar o IPHAN em nome de sua Presidente, e sobretudo os funcionários do DPI e do Depam que trabalham incansavelmente, e também parabenizar este Conselho pois ao longo de todos esses anos nos colocamos ao lado dos povos indígenas através de políticas afirmativas ligadas ao patrimônio. Era isso que eu gostaria de dizer, mas eu também gostaria de recomendar todos assistissem no *YouTube* um vídeo que se chama de 'Marcação Já', que foi feito por vários artistas, personalidades e índios, a favor dos povos indígenas. Há também uma outra recomendação sobre um filme que se chama *Martírio* e que faz parte desse esforço conjunto da sociedade brasileira em prol dos povos indígenas". Em seguida falou a Conselheira **Márcia Genésia de Sant'Anna** que elogiou o Conselheiro relator pelo parecer apresentado, sendo a pessoa certa, segundo ela, para defender o primeiro processo de revalidação, o da arte gráfica Kusiwa, não fugindo à regra de sempre elaborar com brilhantismo, pareceres para processos de grande dificuldade técnica, e destacou aquele que ela mais aprecia, o do Registro do Ofício das Baianas do Acarajé, feito anteriormente, pelo Conselheiro. A Conselheira Márcia Sant'Anna manifestou querer aproveitar o momento para recordar as intenções e o conteúdo principal da discussão do prazo de 10 anos para revalidação do registro. De acordo com ela, "na realidade, esse artigo sétimo foi introduzido no texto do Decreto 3551, porque tínhamos uma segurança muito grande, e temos ainda, acredito que isso não mudou, de que era necessário monitorar e acompanhar a salvaguarda desse desses bens, inclusive nesse prazo de 10 anos, verificando o que aconteceu. Não se tinha, propriamente, uma ideia de que tudo iria se resolver nesses 10 anos. Era muito mais a noção de um patrimônio dinâmico que se transforma, se cria e recria todos os dias, e caberia ao IPHAN, como um dos parceiros na gestão desse patrimônio, acompanhar e entender essas

transformações, e, também, obviamente, as ameaças e outras questões que pudessem interferir negativamente nesse processo ao longo do tempo. E eu entendo que esse prazo de 10 anos é importante ainda para isso, o que não significa, a meu ver, que ele tinha que ser entendido como o fim da salvaguarda. Dependendo da situação, isso pode e deve se prolongar mais um tempo, mas também acho que temos que ter o tempo todo em mente a necessidade de, nos processos de salvaguarda, buscar e aprofundar cada vez mais, a sustentabilidade social desse patrimônio de modo que mais e mais, as comunidades e grupos sociais envolvidos com esses processos de salvaguarda, ter como meta final depender cada vez menos do Estado e que os grupos sociais e comunidades, eles próprios, possam buscar os meios da continuidade desse patrimônio . Esse é o desafio que precisa ser a cada 10 anos avaliado”, assegurou a Conselheira. Encerrou suas colocações, afirmando que o caso dos Wajãpi foi, talvez, o mais bem-sucedido dos processos de salvaguarda, tendo em vista que nesses 15 anos, houve uma estruturação dos Wajãpi, extremamente eficiente e competente no sentido da preservação desse bem cultural de fundamental importância para eles, citando a maneira como, de fato, atuaram ativamente nessa salvaguarda conduzindo mesmo essa salvaguarda, através da formação dos pesquisadores da etnia. A **Presidente** agradeceu as colocações da Conselheira e cedeu a palavra para a Conselheira **Maria Cecília Londres Fonseca**. “Parabenizo o Conselheiro Roque de Barros Laraia pela objetividade de seu parecer ratificando algo, que desde do início desse processo o DPI sentia, de que ele veio com excelente prognóstico. A exemplaridade desse processo é importante nesse momento no Brasil, em relação às comunidades indígenas. Eu quero dizer o seguinte, primeiro eu acho que por tudo que foi dito, e eu acompanhei também desde o início, desde quando o Lewin trouxe esse assunto num artigo, e que chamou atenção, nós estávamos procurando uma manifestação de cultura indígena que pudesse inaugurar o processo

de registro. Houve uma tentativa com o Quarup, que era o mais óbvio, e que não foi viável por falta de articulação entre os diferentes grupos, e surgiu no artigo do Lewin essa comunicação da experiência com os Wajãpi, e ao mesmo tempo havia demanda para apresentação, pelo Brasil, de uma candidatura no programa das Obras Primas da Humanidade. E a ideia, exatamente, era aproveitar a oportunidade de que a identidade do Brasil no nível Internacional, levasse a cultura indígena para uma repercussão maior. Eu não posso esquecer, e quero dizer a vocês, que eu estava na Unesco em Paris durante a elaboração da convenção de 2003, e já havia sido dada entrada no processo dos Wajãpi para a proclamação das obras primas e técnicos da Secretaria do Patrimônio Imaterial da Unesco, vieram me falar com emoção, que belo processo. Já ficava evidente ali que os Wajãpi já tinham uma apropriação muito forte do seu patrimônio, e uma consciência de que aquele era um patrimônio e uma capacidade de organização wapina, fundamental para termos anuência para encaminhar uma exigência do programa da Proclamação de Obras-Primas. Eu queria fazer uma proposta, aqui, hoje, de encaminharmos à Unesco para Lista de Melhores Práticas, o processo de Salvaguarda da Arte Kusiwa dos Wajãpi. Eu penso que realmente tem tudo a ver. Eu creio que com esses anos todos, essa lista precisa de exemplos positivos que sejam referências internacionais e nós temos aqui um excelente exemplo". A palavra foi dada ao Conselheiro **Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses**. "Eu comprimento o Conselheiro por seu feliz parecer. Esse processo me abriu a cabeça para uma série de questões extremamente interessantes. De fato, é um processo exemplar. Mas, o que eu gostaria de salientar, especificamente aqui, é que justamente ele ajuda a entender o que faz com que alguma coisa restrita, de forma bem incisiva, a um grupo pequeno, relativamente pequeno diante da população brasileira e restrito espacialmente e pouco conhecido fora de certas áreas específicas de interesse, como é que ela pode ser considerada patrimônio cultural brasileiro e,

mesmo, “da humanidade”. Alguns critérios parecem imanes, o critério de ressonância é pertinente, mas tem alguma coisa de imanência. É certo que valor, significado são sempre atribuídos, não são imanes às coisas. Valores são gerados nas práticas sociais, mas não se trata de uma atribuição aleatória. Então há alguma coisa de imanência, sobretudo na forma (das coisas ações, pessoas), que não pode ser desconsiderada. Essa imanência não existe como matriz, mas existe como uma espécie de matéria prima que é fermentada de fora. O valor é o fermento que se coloca na massa. Então, aí há critérios, como a *affordance* (disponibilidade). Ela foi mencionada ontem na reunião da nossa Câmara, tal como definida no campo do *design* industrial, como a disponibilidade criada pelo homem, criada pelo *designer* nesse caso particular, mas julgo que pode ser estendida ao nosso campo para certos efeitos. Ela não se confunde com funcionalidade, mas é aquela disponibilidade que induz a uma certa resposta, a um certo efeito, como, por exemplo: a cadeira convida ao sentar-se. Acho que, juntando todos esses critérios, o que me parece mais importante é o teste da dialogia. É nesse campo que me coloco nesse caso específico do grafismo Wajãmpi: se há potencial de provocar interação, de exigir uma resposta produtiva. Tenho que responder, não posso ficar indiferente a isso, que me permite entender também quais as limitações do conceito de diversidade cultural. Às vezes, há o viés de considerar diversidade cultural como um conceito quantitativo, e não um conceito qualitativo. Dito de outra forma, diferença pela diferença não conta. A diferença pela diferença não é um elemento enriquecedor. É enriquecedor quando essa diferença é capaz de exercer aquela função de fermento a que eu me referi e for capaz de provocar em mim alguma forma de transformação, capaz então de fecundar transformação e transformação mútua. Para resumir tudo, diria que a diferença que a dialogia permite é positiva quando tem o poder de me concernir – além de o grupo original repercutir o reconhecimento. A arte Kusiwa, o grafismo, me diz respeito, fala

alguma coisa, apesar de ser uma prática restrita a esse referencial de espaço-tempo, de números restritos, pois ela alarga meu horizonte de vida. Teríamos que pensar isso como critério para entender esse caminho, para considerar coisas restritas, mas com esse potencial de dialogia”, enfatizou o Conselheiro, encerrando sua intervenção. Não havendo mais manifestação por parte do Conselho a Presidente Kátia Santos Bogéa, passou ao processo de votação. Por **unanimidade, O Conselho aprovou a Revalidação do Registro da Arte Kusiwa – Pintura Corporal e Arte Gráfica como Patrimônio Cultural do Brasil.** Após a votação, a Presidente **Katia Santos Bogéa** convidou os representantes Wajãpi, Kasiripina Wajãpi; o Cacique da etnia, Aikyry Wajãpi e Jatuta Wajãpi, pesquisador, a usarem da palavra. **Kasiripirina Wajãpi** fez o seguinte pronunciamento: “Em primeiro lugar eu quero agradecer todos os donos da floresta, os donos dos rios, e o nosso criador lanyara e a todos vocês, amigos dos Wajãpi e dos povos indígenas que estão aqui presentes. O plano de salvaguarda durante esses 10 anos foi muito importante para nós, porque vocês reconheceram nosso trabalho de preservação de nossas culturas materiais e imateriais, que nós aprendemos com outros seres, como por exemplo, o Kusiwa do peixe, o Kusiwa da onça, o Kusiwa da borboleta. Através do plano de salvaguarda teve a formação dos pesquisadores Wajãpi, registrando, fazendo a gravação, fazendo produção de filme, e com isso fortalecendo a transmissão de nosso conhecimento de seres, de gente pássaros, gente peixes que estão conosco sempre na nossa terra indígena e, também faz parte da valorização do mapa do mundo que é a estrela, porque é a estrela, na nossa interpretação, é que dá o calendário que diz a época de fazer roça, a época de queimada, a época que a terra está cansada. Esse plano de salvaguarda ajuda a gente, também, a fazer plano de manejo da nossa terra indígena. O cuidado com a nossa terra indígena é muito importante, é certeza do Wajãpi que na nossa terra indígena vai ficar nossa história. Nosso corpo vai ser guardado dentro da nossa terra,

junto com conhecimentos Wajãpi. Na nossa terra estão os conhecimentos de gente invisível, de outros povos que estão presentes sempre na nossa terra indígena. Então, nossa terra indígena tem muito valor para nós. É o presente do passado para futuras gerações, porque quando nós, eu, o cacique e o pesquisador que estão aqui no presente, quando a gente morrer, nosso corpo vai ser guardado na nossa terra indígena. A nossa história vai ser guardada para gerações. Então, com o plano de salvaguarda, o IPHAN, amigo de indígena, ajudou a nos fortalecer e nos ajudou a fazer palestra com vizinhos que moram em volta da nossa terra indígena, para não ter a polêmica de antigamente, da época de contato, quando os portugueses chegaram e indígena sofria massacre, eram escravos. Hoje em dia nós não queremos mais que aconteça isso com nosso povo, com nossa geração. Queremos sempre fazer amizade, entendendo o conhecimento de outros, aprender conhecimentos interpretando o conhecimento para não indígena e para indígena e isso é muito importante, porque esse plano de salvaguarda, durante 10 anos, ajudou o Wajãpi aumentar a capacidade, habilidade e competência para explicar para não indígena, levar a informação para fora e trazer informação para terra indígena Wajãpi, para comunidade. A importância da expressão gráfica oral dos Wajãpi, está ligada a todos os outros seres Kusiwa. O perigo que eu falo é que o conhecimento do não-Índio tem muita propaganda. Não-índio não fala para o Wajãpi deixar nosso conhecimento, nem Funai, nem governo nem ninguém, mas faz cada vez mais facilidades para nós, como transporte, carro, barco, avião, alimentação, digitais. Então, isso acaba influenciando cada vez mais. Então, por isso que é muito importante a gente aprender nosso conhecimento, para saber dois conhecimentos, saber interpretar nosso conhecimento, saber se defender do preconceito que que é que vem de fora muito forte". **Kasiripirina Wajãpi** discorreu, ainda, sobre o fortalecimento político da etnia com a construção do Conselho das Aldeias, que ajuda no fortalecimento da educação diferenciada dentro

da terra indígena, para que ela funcione em qualquer lugar, seja na casa, seja onde não exista prédio de escola, pois os Wajãpi sempre mudam de lugar, para ocupar as terras indígenas e, também, para não destruir a floresta, atitude que faz parte do manejo para a caça não ser extinta. Ressaltou, ainda, a importância do plano de salvaguarda para a questão da saúde, permitindo que pesquisadores Wajãpi se especializassem na farmacopeia Wajãpi, com base em remédios do mato, aprendida, segundo ele, de outros seres . Finalizou, falando do acompanhamento feito com os jovens para saber o que estão pensando, se estão preocupados com a valorização do conhecimento, com a terra, com seus direitos, no sentido de darem continuidade ao que foi feito até agora. Em suas palavras: “Eu vou ficar com nossa avó que está lá no céu. Então, antes de ir morar no outro mundo, queremos capacitar, passar nosso conhecimento como um museu para eles defenderem esse conhecimento. Porque os sábios são como museus, como biblioteca que quando queima leva embora todo os conhecimentos”. Em seguida falou o pesquisador **Wajãpi Jatota Wajãpi**: “O plano de salvaguarda é muito importante para nós porque os pesquisadores trabalharam muito. Eles já vieram fazendo pesquisa sobre os conhecimentos tradicionais dos Wajãpi, como por exemplo, tem pesquisador que estuda sobre jeito de ocupar a terra o jeito de fazer casamento, o jeito de fazer resguardo e outros. Então durante a 10 anos os Wajãpi já vieram trabalhando, fortalecendo conhecimentos e fortalecendo a gestão da terra e de nossa organização social e, também, eles fortaleceram a mobilidade territorial e, o que é de acordo com a nossa organização social, os Wajãpi não moram todos juntos, eles moram separados porque se morarem na mesma Aldeia, com certeza os recursos naturais vão diminuir. Então pensamos para mudar de Aldeia e também dentro do plano de salvaguarda, os pesquisadores fizeram palestra com moradores assentados para explicar sobre nossa organização social, porque já sabemos que hoje não indígenas não conhecem nosso jeito de viver, então, nós

conseguimos explicar bem para eles para que eles não possam usar o preconceito com Wajãpi. Bem, então, eles diminuíram um pouco preconceito e também durante esses 10 anos os jovens estiveram interessados em participar das festas, das danças, porque nós conseguimos dialogar com os jovens para que eles possam entender bem o nosso conhecimento, inclusive nós conseguimos explicar sobre nós, sobre nosso conhecimento Wajãpi durante a Assembleia do wapina. Então, o plano de salvaguarda é muito importante para proteger e salvar o nosso conhecimento para não perder no futuro”, concluiu agradecendo o apoio do IPHAN. O último a se pronunciar foi o Cacique **Aikyry Wajãpi**, que discursou na língua Wajãpi, traduzido por Kasiripirina, e disse que ia levar a decisão do IPHAN para a comunidade e agradeceu o apoio do órgão na parceria para a preservação da arte Kusiwa e apelou para o IPHAN continuar com o apoio, fundamental para a continuidade das culturas indígenas. Após as falas, a **Presidenta Kátia Santos Bogéa** agradeceu aos representantes dos Wajãpi e o trabalho dos Conselheiros e Conselheiras, não havendo mais nada a tratar, convocou a todos para a 86ª reunião ordinária do Conselho Consultivo que ocorrerá no em 22 de junho de 2017, e deu por encerrada a reunião, ficando lavrado por mim, Jorge Augusto Oliveira Vinhas, Secretário do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, a presente Ata, da qual dou fé e assino.

Jorge Augusto Oliveira Vinhas



Kátia Santos Bogéa



Ângela Gutierrez



Augusto Ivan de Freitas Pinheiro





Arno Wehling



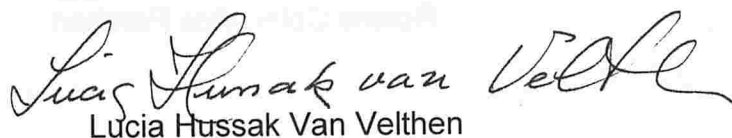
Carlos Eduardo Dias Comas



Fernanda Bordin Tocchetto



José Pedro de Oliveira Costa



Lucia Hussak Van Velthen



Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrès



Marcelo Mattos de Araujo



Márcia Genésia de Sant'Anna



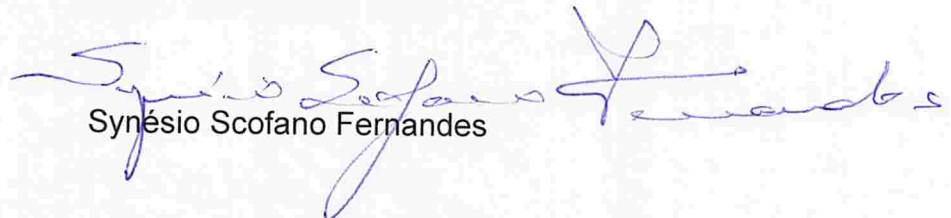
Marcos Castrioto de Azambuja

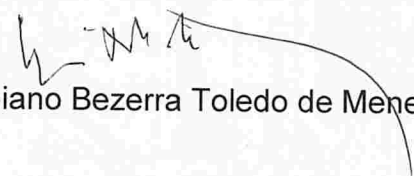

Maria Cecília Londres Fonseca


Maria da Conceição Alves de Guimaraens


Roque de Barros Laraia


Rosina Colei Alice Parchen


Synésio Scofano Fernandes


Ulpiano Bezerra Toledo de Menezes